



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROFESSOR MILTON SANTOS
PPG EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE**

ROSANA NADJA SILVA REGO REGNER

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA:
UM ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Salvador

2019

ROSANA NADJA SILVA REGO REGNER

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR
BRASILEIRA:
UM ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (PPGEISU), para submissão à banca de defesa de mestrado.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Marcelo Nunes Dourado Rocha

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Silva Rego Regner, Rosana Nadja
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA:
UM ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA /
Rosana
Nadja Silva Rego Regner, UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL
BAHIA. -- SALVADOR, 2019.
84 f.

Orientador: Marcelo Nunes Dourado Rocha.
Dissertação (Mestrado - Mestrado - Estudos
Interdisciplinares Sobre a Universidade) -- Universidade
Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Professor Milton Santos, 2019.

1. Financiamento do ensino superior brasileiro. 2. Instituições
públicas e privadas. 3. Educação Superior.
4. Produção científica. II. BAHIA, UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL. I.
Nunes Dourado Rocha, Marcelo. II. Título.

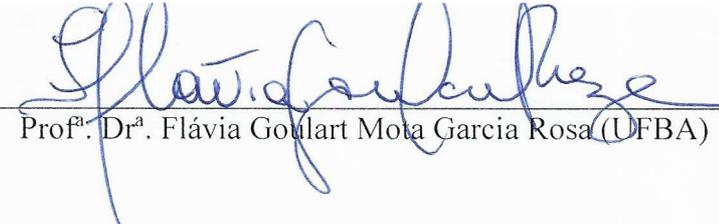
ROSANA NADJA SILVA REGO REGNER

**FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM
ESTUDO DE REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em 03 de julho de 2019.

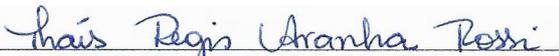
Banca examinadora



Prof.^a. Dr.^a. Flávia Goulart Mota Garcia Rosa (UFBA)



Prof. Dr. Rodrigo Silva Pereira (UFBA)



ProP. Dr.^a. Thais Régis Aranha Rossi (UNEB)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meus pais: Maria do Socorro Silva Rego e Manoel Regner (*in memoriam*). Com toda gratidão pelo amor, pela força e inspiração que exerceram e exercem em minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e as funções protetoras do Universo pela saúde, força e capacidade física e mental em vencer mais essa etapa de minha vida.

Agradeço a meu esposo, Flávio Santos, pelo apoio, parceria, paciência e compreensão durante todo o percurso, especialmente no cuidado com nosso filho, para que eu pudesse dar continuidade às atividades do curso.

Agradeço ao meu orientador, Marcelo Nunes Dourado Rocha, pelo profissionalismo e competência nas orientações e, sobretudo, pela compreensão ao longo do meu percurso como pesquisadora.

Agradeço a minhas amigas: Eveline Ledo, pelo incentivo e estímulo à continuação, apesar das interrupções durante o curso; a Ivana Martins, pela generosidade e apoio nas atividades acadêmicas.

Aos professores do Programa do Pós-Graduação EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE, em especial às professoras Flávia Goulart Rosa, Carmem Teixeira e Sônia Sampaio pela dedicação e qualidade na transmissão dos conteúdos.

Finalmente, agradeço à Universidade Federal da Bahia, pela oportunidade de acesso ao campo da pesquisa e consequente de capacitação profissional.

REGNER, Rosana Nadja Silva Rego. Financiamento da educação superior brasileira: um estudo de revisão integrativa de literatura. 2019. Orientador: Marcelo Nunes Dourado Rocha. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, 2019.

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo de revisão integrativa de literatura sobre o tema do Financiamento do Ensino Superior (FES) no Brasil. O objetivo foi identificar o estado da arte da produção científica relativa ao financiamento da educação superior no Brasil, entre os anos 2005 a 2017. A metodologia partiu da aplicação dos descritores “financiamento” and “educação superior” or “financiamento” and “ensino superior” nas bases de dados Portal de Periódicos da Capes, *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), Biblioteca Brasileira de Educação (BBE) do Portal do Instituto Anísio Teixeira (Inep) e Repositório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A partir dos critérios de pertinência temática, selecionou-se para análise cinquenta e dois artigos e os resultados da análise demonstraram que: O número de publicações ainda é relativamente pequeno diante da relevância do tema; As publicações concentram-se em veículos da área de educação, a maioria deles localizados no Sudeste do Brasil e publicados em periódicos de universidades públicas; e, quanto aos assuntos discutidos no período, revelou-se que houve uma concentração em dois campos de discussão, definidos nas categorias temáticas - Políticas de financiamento da graduação e pós-graduação e Fontes e modelos de financiamento.

Palavras-chave: Financiamento do ensino superior brasileiro. Instituições públicas e privadas. Educação Superior. Produção científica.

REGNER, Rosana Nadja Silva Rego. Financing of Brazilian higher education: an integrative literature review study. 2019. Advisor: Marcelo Nunes Dourado Rocha. Dissertation (Master in Interdisciplinary Studies on the University) - Institute of Humanities, Arts and Sciences Professor Milton Santos, Federal University of Bahia, 2019.

ABSTRACT

This dissertation presents an integrative literature review study on the topic of Higher Education Financing (FES) in Brazil. The objective was to identify the state of the art of scientific production related to the financing of higher education in Brazil, between 2005 and 2017. The methodology was based on the descriptors “financing” and “higher teaching” or “financing” and “higher education”. In the Capes Journal Portal database, Scientific Electronic Library Online (SciELO), Brazilian Education Library (BBE) of the Anísio Teixeira Institute Portal (Inep) and Repository of the Applied Economic Research Institute (Ipea). From the thematic relevance criteria, fifty-two articles were selected for analysis and the results of the analysis showed that: The number of publications is still relatively small given the relevance of the theme; The publications focus on educational vehicles, most of them located in Southeast Brazil and published in public university journals; Regarding the issues discussed in the period, it was revealed that there was a concentration in two fields of discussion, defined in the thematic categories - Undergraduate and Postgraduate Financing Policies and Sources and Financing Models.

Keywords: Financing of Brazilian higher education. Public and private institutions. College education. Scientific production.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Seleção de artigos para análise.....	32
Gráfico 1 - Evolução do Investimento Público em Ensino Superior relativo ao PIB.....	26
Gráfico 2 - Percentual do Inv. Púb. Direto em ES em relação PIB <i>per capita</i>	27
Gráfico 3 - Evolução das publicações de 2005 a 2017.....	35
Quadro 1 - Dispositivos legais sobre FES entre 1996 a 2014.....	23
Quadro 2 - Relação periódicos por número de publicação.....	36
Quadro 3 – Relação de artigos por categoria temática.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Execução orçamentária da subfunção ensino superior (2005 a 2017).....	28
Tabela 2 – Resultado dos testes de descritores em bases de dados.....	31

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPCyT – Agência Nacional de Promoção Científica e Tecnológica
BBE - Biblioteca Brasileira de Educação
BM - Banco Mundial
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento
CONICET - Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas
DEED - Diretoria de Estatísticas Educacionais
ECRs - Empréstimos Condicionados à Renda
ENADE - Exame Nacional de Desempenho do Estudante
ESCT - Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia
FAP - Fundações Estaduais de Amparo às Pesquisas
Fies - Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FMI - Fundo Monetário Internacional
GEOCapes – Sistema de Informação Georreferenciadas da Capes
ICT - Instituições de Ciência e Tecnologia
IES - Instituições de Ensino Superior
IF – Institutos Federais
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da educação
OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
PIB - Produto Interno Bruto
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil
PROAP - Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROEX - Programa de Excelência Acadêmica
PROIES - Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Prouni Programa Universidade para Todos
RAIES - Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior
Reuni - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RVBI-SENADO - Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal
SCIELO - Scientific Electronic Library Online
SEM - Sistema Educacional do Mercosul
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SNA - Sistema Nacional de Avaliação
SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação
SNPG - Sistema Nacional de Pós-Graduação

UCDB - Universidade Católica Dom Bosco

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UnB - Universidade de Brasília

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNISO - Universidade de Sorocaba

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3	CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO E DO INVESTIMENTO PÚBLICO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	21
3.1	LEGISLAÇÃO SOBRE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR	21
3.2	INVESTIMENTO PÚBLICO NO ES NO BRASIL (2005-2015).....	25
4	ASPECTOS METODOLÓGICOS	30
4.1	FASE 1 - ELABORAÇÃO DAS PERGUNTAS NORTEADORAS	30
4.2	FASE 2 – BUSCA OU AMOSTRAGEM DA LITERATURA NAS BASES DE DADOS CIENTÍFICAS	30
4.3	FASE 3 – PRODUÇÃO DE DADOS	32
4.4	FASE 4 - ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS INCLUÍDOS: DEFININDO O PLANO DE ANÁLISE.....	33
4.5	FASE 5- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	33
5	RESULTADOS	35
5.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO UNIVERSO DE ESTUDO	35
5.2	ANÁLISE TEMÁTICA	38
5.2.1	Políticas de Financiamento da graduação e pós-graduação	39
5.2.2	Fontes e modelos de financiamento	46
6	DISCUSSÃO	55
6.1	POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	555
6.1.1	Expansão do Ensino Superior	566
6.1.2	Influências de organismos internacionais no FES	588
6.1.3	Financiamento da pós-graduação	61
6.1.4	Os desafios do PNE 2014 – 2024	63
6.2	FONTES E MODELOS DE FINANCIAMENTO.....	65
6.2.1	Mercantilização do ensino superior	655
6.2.2	Financiamento das IES (públicas e privadas)	677
6.2.3	Estudos de experiências internacionais	70
6.3	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO UNIVERSO DE ESTUDO.....	72
6.4	LIMITAÇÕES E ASPECTOS POSITIVOS.....	73
7	CONCLUSÃO	74
	REFERÊNCIAS	76
	APÊNDICE	82

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas o ensino superior brasileiro foi marcado por um processo de expansão caracterizado por importantes mudanças no campo das políticas de financiamento. Começando pela ampliação das vinculações de receitas de impostos para educação, previstas na Constituição Federal de 1988, passando pela regulamentação das formas de financiamento público para cada nível de ensino, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; alcançando a criação de programas de financiamento do ensino superior em instituições públicas e não públicas, tais como Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), em 2001, o Programa Universidade para Todos (Prouni), em 2005, o Plano de Reestruturação das Universidades (Reuni), em 2007, e, por fim, chegando à definição de metas do Plano Nacional de Educação 2014-2024, dentre as quais se estipula a vinculação progressiva do Produto Interno Bruto (PIB) para educação até alcançar em 2024 o percentual de 10%.

Essas políticas de financiamento da expansão do ensino superior que marcaram o final da década de 1990 e início dos anos 2000, além de exigirem grandes aportes de recursos públicos, evidenciaram novas pautas sobre o financiamento do ensino superior que demandam um esforço de compreensão por parte da literatura científica.

A problemática tem se estruturado em questões como: Qual o investimento necessário para ampliação da escolarização da população entre 18 e 24 anos¹ no país? Como equacionar o uso dos recursos públicos entre a manutenção da educação superior e básica? Qual a relação entre o financiamento público e o privado na oferta de ensino superior? Quais as formas mais adequadas para garantir o financiamento da pós-graduação? Há viabilidade em praticar complementação orçamentária nas IES públicas?

Essa problemática embora bastante atual encontra referência na literatura brasileira há pelo menos 40 anos. Cunha (1975) realizou uma análise sobre o período da ditadura militar no país como um contendor da demanda pelo ensino superior, com isso, o autor desmistificou algumas impressões do senso comum sobre a educação na sociedade brasileira. Ainda com o mesmo autor, Cunha (2007), observa-se uma importante discussão sobre o FES, quando ele afirma que as fronteiras entre o público e o privado são tênues e que os recursos públicos,

¹ Idade considerada apropriada para realizar a formação de nível superior (BRASIL, 2014).

historicamente, no Brasil, vêm sendo transferidos de diversas formas para instituições privadas, tanto no governo militar, quanto nos governos democráticos.

Essa discussão apontada por Cunha (1975, 2007), foi por vezes observada por outros autores, a exemplo de Chauí (2003), que discutiu a relação da educação superior e seu financiamento sob o aspecto da valorização e revalorização do ensino, apontando a necessidade de melhor posicionar a universidade e a educação frente às demandas do Estado. Também compartilharam desse entendimento Catani (2003), Sguissardi (2005), os quais enfatizam que a educação não pode ser compreendida de maneira mercantil.

Dessa forma, esses estudos demonstram que ainda não foram apontadas soluções definitivas para as questões postas sobre o financiamento do ensino superior, de tal forma que o contexto social e teórico acerca da temática motivou a escolha do objeto desta pesquisa, a qual justificou-se em dois pilares:

1) necessidade de atualização da crítica sobre a produção científica nos últimos 10 anos, pois, apesar da existência de outros trabalhos de revisão sobre o assunto, eles diferem dessa proposta quanto aos recortes temporais: Gomes, Carnielli, Jesus e Leal (2007) analisaram as publicações entre 1988 e 2004 e Chaves, Guimarães, Machado (2011) investigaram a produção escrita no período de 1996 a 2009. Ambos apresentaram importantes contribuições para a compreensão da temática em foco. Tendo o primeiro revelado como os principais temas do assunto a vinculação de recursos, os dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e do FUNDEF; a escassez de recursos e a falha em sua administração. Já o segundo apontou, através dos resultados, que as pesquisas sobre a temática têm sido escassas, evidenciando a necessidade de ampliação dos estudos sobre financiamento da Educação Superior devido à relevância desse assunto para a compreensão das políticas educacionais.

2) ampliar o foco na discussão sobre o financiamento do nível de ensino superior: em estudo preliminar, Regner e Rocha (2017), percebeu-se que em publicações de eventos científicos da área havia um desequilíbrio no foco dos debates, com significativa predominância nas discussões sobre o financiamento da educação básica em relação à superior.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é identificar e caracterizar o estado da arte da produção científica relativa ao financiamento da educação superior no Brasil. Os objetivos específicos são: compreender a análise da evolução temporal; Identificar quais os principais veículos de publicação dos documentos relacionados ao tema; Propor categorização temática que permita melhor compreensão sobre as tensões que se desenham no contexto dos debates.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso a níveis educacionais mais elevados, além de garantir retornos na vida dos indivíduos no âmbito privado, também pode promover na sociedade desenvolvimento tecnológico, formação e qualificação de mão de obra, desenvolvimento cultural, avanços científicos, dentre outras externalidades. Assim, os dispêndios aplicados pelo poder público para o financiamento da educação e, mais ainda, os destinados à manutenção do ensino superior apresentam caráter de investimento público e necessário ao desenvolvimento social das gerações presente e futuras.

No entanto, a discussão sobre o financiamento do ensino superior em todo o mundo continua reservando polêmica quanto à obrigatoriedade do financiamento. Ou seja, ele deve ser realizado pelo Estado unicamente, pelas famílias ou de maneira compartilhada.

Notadamente, o debate sobre a qualidade do ensino superior como bem público ou privado, passa a tomar maior tônica quando esgotado o Estado do Bem-Estar social. Isso porque, é com a crise fiscal e diante da necessidade de controle mais severo dos gastos públicos que se criam as condições objetivas da economia e da política para uma interpretação teórica sobre a necessidade de se manter ou não uma ampla oferta de ensino superior custeada pelo poder público, conforme afirma Sguissardi (2005):

Igualmente quando da vigência do Estado do Bem-Estar, tanto em países de maior tradição educacional republicana e pública quanto nos em que a educação era garantida por instituições privadas, embora sem fins lucrativos, não esteve em geral em questão o estatuto público ou privado da educação, mas sua relevância para o desenvolvimento menos excludente das nações, para o reforço da solidariedade entre ricos e pobres, e para que todos tivessem cada vez maiores e melhores chances de ter acesso aos benefícios do trabalho humano coletivo. Por isso, até o advento da Era Thatcher, por exemplo, 95% dos custos de manutenção do sistema universitário inglês foram garantidos pelo fundo público [...]. (SGUISSARDI, 2005, p. 197)

Nesse contexto, o Banco Mundial, a partir das condições para caracterização de um bem como privado apresentadas por Nicholas Barr (1. Possui condição de competitividade – Oferta limitada 2. Exclusividade - Seguidamente se pode obtê-lo mediante pagamento e 3. Recusa - não é requerido por todos), apresentou quatro teses para que os governos dos países, especialmente os periféricos, passassem a reduzir o investimento público direto em ensino superior e revertesse esses valores para o ensino básico. Para o Banco Mundial, o investimento em educação básica em detrimento da educação superior traria maiores retornos sociais e o

ensino superior no âmbito privado, através da competição se tornaria mais qualificado.

Além do Banco Mundial, outros organismos seguem essa mesma teoria quanto ao entendimento do ensino superior quanto bem privado. Para Bertolin (2009, p. 194), “ a cúpula do G8, os oito países mais ricos do planeta, declarou que o setor privado contribui na conquista de uma melhor qualidade da educação, enquanto não se consegue a atenção e responsabilidade que os governos deveriam dispensar para a provisão dos serviços educativos (Internacional de la Educación, 2006). ”

A concepção de que a educação superior é um bem privado tem justificado a ampliação das políticas de mercantilização e a expansão privado-mercantil do ensino nos últimos anos, nas quais assentam-se fenômenos como a transnacionalização e a mercadorização como modo de liberalização da oferta de ensino.

Para Azevedo (2015, p. 57): “a mercadorização pode ser interpretada como um modo de liberalização da oferta do ensino que pode ocorrer de diversas maneiras: privatização direta, desresponsabilização do Estado, criação do quase-mercado, estabelecimento de parcerias-público-privadas (PPP), estímulo a competição, performatividade, rankings, indicadores, etc.”. No caso da transnacionalização essa mercadorização ocorre via oferta transfronteiriça de ensino, presencial ou a distância, por intermédio de organizações transnacionais de serviços educacionais com a finalidade de lucro.

Nesse contexto, e decorrente da concepção da educação superior como bem privado, tem emergido nos últimos anos a partir do ingresso no mercado de ações, um modelo de negócios altamente lucrativo, que tem atraído grandes investidores e empresas educacionais de capital aberto, conforme aponta (SGUISSARDI, 2015)².

Por outro lado, destaca-se na literatura acadêmica uma outra compreensão que valoriza a educação como um direito inalienável dos indivíduos e que deve ser garantido pelo Estado.

Na perspectiva de Meszaros (2008), a educação deve ser utilizada como garantia de uma sociedade mais igualitária. Desse modo o propósito da educação vai além do capital, tanto no sentido de financeiro, como também, aludindo à obra de Karl Marx - O Capital, no sentido humanitário, qual seja o alcance da alteração da *ethos* social que tende a enrijecer e desumanizar os indivíduos.

Para o autor, a organização do modelo socioeconômico hegemônico do mundo atual traz

² Conferencia de abertura (21 de maio de 2015) do XVIII Seminario Nacional da Rede Universitas/Br. campus da UFPA, Belem PA, 20-23 de maio de 2015

consigo uma lógica implícita voltada para a acumulação indiscriminada de bens materiais e tendentes ao tecnicismo. Essa lógica do capital na oferta da educação explicita-se desde os movimentos históricos sociais que ocorreram entre os séculos XVI e XVIII, através dos quais transforma-se radicalmente os grandes ideais educacionais defendidos à época em um novo modelo de educação que se sujeita à lógica da maximização do lucro, conforme afirma Meszaros (2008):

[...] Não apenas Paracelso no século XVI, mas também Goethe e Schiller no fim do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX ainda acreditaram em um ideal educacional que poderia enriquecer humanamente os indivíduos ao longo de toda sua vida. Ao contrário, a segunda metade do século XIX foi marcada pelo triunfo do utilitarismo e o século XX capítulo sem reservas também no campo educacional às concepções mais estreitas de “racionalidade instrumental. (MESZAROS, 2008, p. 80)

Ou seja, existe uma relação direta entre o avanço do modelo socioeconômico capitalista e a exploração de instituições educacionais com a finalidade de produção de riquezas e construção do que o autor chama de “*sociedade de mercadorias*”. E, isso ocorre em todos os níveis escolares, desde a pré-escola até as universidades. O modelo atual desenhado com o capitalismo limita o período de educação institucionalizada em uns poucos anos economicamente convenientes para o ordenamento dos negócios. E, a partir dessa ausência de educação continuada, promove-se nas pessoas o espírito de tomar como dado *ethos* social dominante, internalizado “consensualmente”.

Ainda de acordo o referido autor, os melhores ideais da educação moral de Kant e da educação estética Schiller, que tinha a intenção de ser, para seus autores, os antídotos necessários e possíveis da progressista tendência de alienação desumanizadora, acabaram condenados a permanecer no reino das utopias educacionais irrealizáveis. Por isso, importante considerar que há uma tendência a encarar a educação tão somente como instrumento de acesso ao capital, e desconsiderar sua função mais ampla, mas que não tem relação com o desenvolvimento social, mas sim com propósitos de acúmulo e concentração de riquezas.

De acordo com Sguissardi (2005), tanto para os defensores da Estado liberal, como os que se ancoram nas teorias de Adam Smith, quanto os defendem maior participação do Estado na oferta de serviços sociais, tais como os que referenciam Marx, por propósitos diferentes, demonstram que há necessidade em diferentes medidas da oferta pública de educação.

Ainda que seja classificada como bem público a educação superior não deve ser

encarada como mercadoria, pois ela é considerada um poderoso ativo de transferência de renda, portanto, o investimento nesse nível de ensino pode favorecer o Estado no tocante ao estoque de capital humano e social, além de fortalecer os movimentos de deslocamento no nicho social da população.

A perspectiva adotada nesta pesquisa entende que pelo seu caráter social de inclusão, a educação superior não pode ser encarada meramente como mercadoria, pois, conforme Polanyi (*apud* AZEVEDO, 2015, p. 58) essa prática geraria o oposto de sua potencialidade, por erodir as relações humanas baseadas na solidariedade, fraternidade, coesão, unidade e integração.

Assim, a partir da concepção de que o ensino superior constitui um bem público e que pelo contexto social que representa precisa ser gratuito, democrático e inclusivo visando fazer frente às demandas por escolarização presentes no país, é justificável que o Estado reporte o tratamento adequado a esse nível de ensino frente à sua importância estratégica.

3 CONTEXTO DA LEGISLAÇÃO E DO INVESTIMENTO PÚBLICO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Neste capítulo apresenta-se o contexto da legislação e do investimento público no ensino superior no período entre 2005 a 2017. Seu propósito é demonstrar o contexto legal e econômico o país se encontrou e que, portanto, motivou as problematizações das investigações. Ele segue dividido em duas seções: Legislação sobre financiamento do ensino superior e Investimento público no ensino superior.

3.1 LEGISLAÇÃO SOBRE FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR

Esta seção apresenta um levantamento dos principais dispositivos que estruturam o atual modelo de financiamento da educação no Brasil, incluindo leis e decretos publicados a partir de 1988, que em seu conjunto versam sobre o financiamento do ensino superior tanto em relação a geração e composição das fontes de receitas quanto aos mecanismos e políticas de distribuição dos recursos para este nível de ensino.

Apesar do financiamento público da educação ter sido objeto de preocupação de constituições anteriores (a exemplo da Constituição Federal de 1934), a especificação dos percentuais a serem destinados pelo poder público em cada uma de suas esferas (federal, estadual e municipal), bem como em cada um dos níveis de ensino, apenas seria definida com maior clareza e em maiores percentuais a partir da CF 1988. Além disso, é também neste dispositivo que se verifica o esclarecimento quanto à competência de oferta do ensino, onde o ensino infantil ficou a cargo dos municípios, o médio como atribuição dos Estados e Distrito Federal, e em caráter residual o nível superior à União.

Sendo assim, no Brasil atualmente a principal referência legal sobre o financiamento público do ensino superior no país é a carta magna de 1988 que em seus artigos 211 e 212 estabelece:

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e

aos Municípios; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no "caput" deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino. (BRASIL, 1988).

Após a essa constituição, a LDB de 1996 apresenta-se como o dispositivo de regulamentação para o financiamento do ensino superior. Nela constam aspectos políticos importantes das disputas entre os entes públicos e privados pelo investimento público em educação superior, além de detalhar os percentuais mínimo a serem vinculados nos orçamentos das esferas governamentais do país. Tais aspectos são encontrados em seu título VII “Dos recursos financeiros”, artigos 68 a 77. E, especificamente a respeito das instituições de ensino superior, cujo conteúdo apresenta a obrigatoriedade da União em destinar os recursos financeiros suficientes para a manutenção das instituições de ensino por ela mantidas, estão especificados no seu art. 55: “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral,

recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”.

Legislações ulteriores também retratam o FES no sentido de regulamentação e cumprimento das previsões constitucionais, sendo que após a LDB de 1996, foram destacados aqui sete dispositivos relativos às políticas públicas de financiamento apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Dispositivos legais sobre FES (1996 a 2014)

Ano	Dispositivo legal
1996	Lei 9.394 - Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)
2001	Lei 10.260 - Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)
2005	Lei 11.095/2005 - Programa Universidade para Todos (Prouni)
2007	Decreto 6.096 institui o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni
2010	Decreto nº 7.233 - Autonomia Universitária
	Decreto 7.234/2010 - Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES
2014	LEI Nº 13.005 Plano Nacional de Educação – PNE

Fonte: Elaborada pelo autor.

Em 1996, sanciona-se a lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O financiamento público do ensino superior ficou previsto nos artigos 55 (supracitado) e no título VII, artigos 68 ao 77, que trata sobre os recursos financeiros. No art. 77, § 2º, fica definido que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público, inclusive mediante bolsas de estudo.

Importante destacar que a LDB surge num contexto de avanço do neoliberalismo no plano internacional e é responsável, no Brasil, pela abertura legal de um modelo de expansão do ensino superior através das instituições privadas. De acordo com Chaves (2011) isso ocorre ao incluir-se como ressalva ao sétimo artigo da lei a possibilidade das instituições de ensino superior privadas também recebam recursos públicos para o desenvolvimento de pesquisa e extensão, o que antes era prerrogativa apenas das instituições comunitárias, as confessionais e filantrópicas.

Em 2001, a Lei 10.260 institui o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos avaliativos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com critérios e regulamentação própria. O Fies é aprovado no mesmo contexto, já mencionado, de liberalização econômica para expansão do ensino superior privado no país.

Em 2005, a Lei 11.095/2005, instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni). Programa no qual financia-se o acesso ao ensino superior através da rede privada de ensino, onde são garantidas bolsas parciais ou totais de acordo com renda dos estudantes em troca de isenções fiscais. De acordo com artigo 8º da Lei 11.095/2005:

A instituição que aderir ao Prouni ficará isenta dos seguintes impostos e contribuições no período de vigência do termo de adesão: (Vide Lei nº 11.128, de 2005). I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e IV - Contribuição para o Programa de Integração Social. (BRASIL, 2005)

Em 2007, o Decreto 6.096 institui o programa de apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, que teve como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. De acordo com artigo 6º do decreto, o programa propõe-se a garantir os recursos financeiros de custeio e capital adicionais destinados à universidade, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas. Com base nisso, o Ministério da Educação destinou recursos financeiros a cada universidade federal, após a elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas. Especialmente foram objeto do Reuni: I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa; II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação.

Em 2010, aprova-se o decreto nº 7.233/2010 que dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. De acordo com este dispositivo legal, visando a consecução da autonomia orçamentária e financeira das universidades, fica previsto: a) autorização para a abertura de créditos suplementares pelo Poder Executivo em favor das universidades federais e de seus hospitais

universitários; e b) a não limitação de empenho para conta de recursos próprios, de doações, de convênios e vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ainda em 2010, aprova-se o decreto 7.234/2010 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. O programa prevê repasse de as instituições federais de ensino superior, a partir da implementação das ações de assistência estudantil. Este é um programa que financia os estudantes e advém das políticas de inclusão e cotas por renda nas universidades.

Por fim, em 2014, aprova-se o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar 25 de junho de 2014, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal. Quanto ao financiamento ensino superior o plano traz como uma de suas metas a ampliação o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência da Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Além dessas legislações, algumas emendas constitucionais impactam no financiamento da educação. Mais recentemente Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, efetivou uma mudança constitucional que instituiu um novo regime fiscal no país e prevê a limitação ao crescimento dos gastos do governo brasileiro durante 20 anos, alcançando os três poderes da União, fazendo com que as despesas e investimentos públicos fiquem limitados aos mesmos valores dispendidos no ano anterior, corrigidos pela inflação. Tal emenda, de acordo com Amaral (2016a) poderá produzir efeitos negativos no financiamento do ensino público no que se refere ao cumprimento das metas do PNE 2014-2024, considerando que entre 2006 e 2014 o investimento em ensino superior através do Ministério da educação (MEC) esteve acima da inflação em até 10 pontos e ainda não foram atingidas as metas estabelecidas.

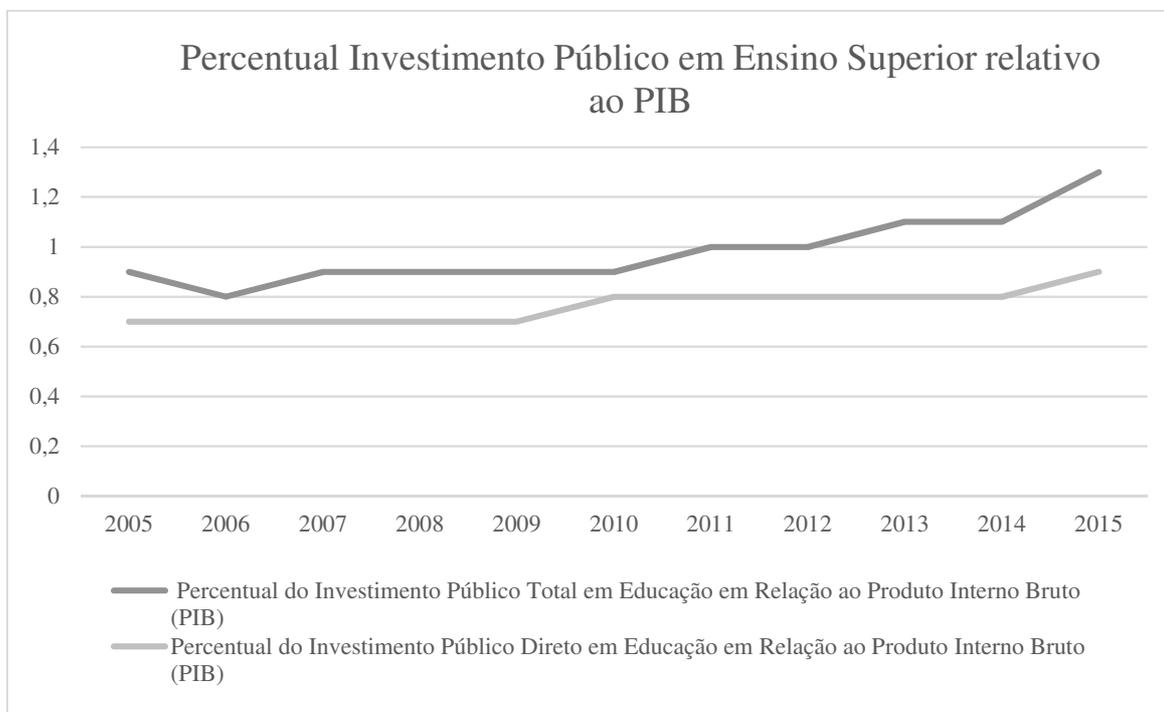
3.2 INVESTIMENTO PÚBLICO NO ES NO BRASIL (2005-2015)

Nesta seção apresenta alguns números referentes ao financiamento público do ensino superior no Brasil no período de 2005 a 2015 a partir do indicador financeiro percentual de investimento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), obtido através das publicações da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC).

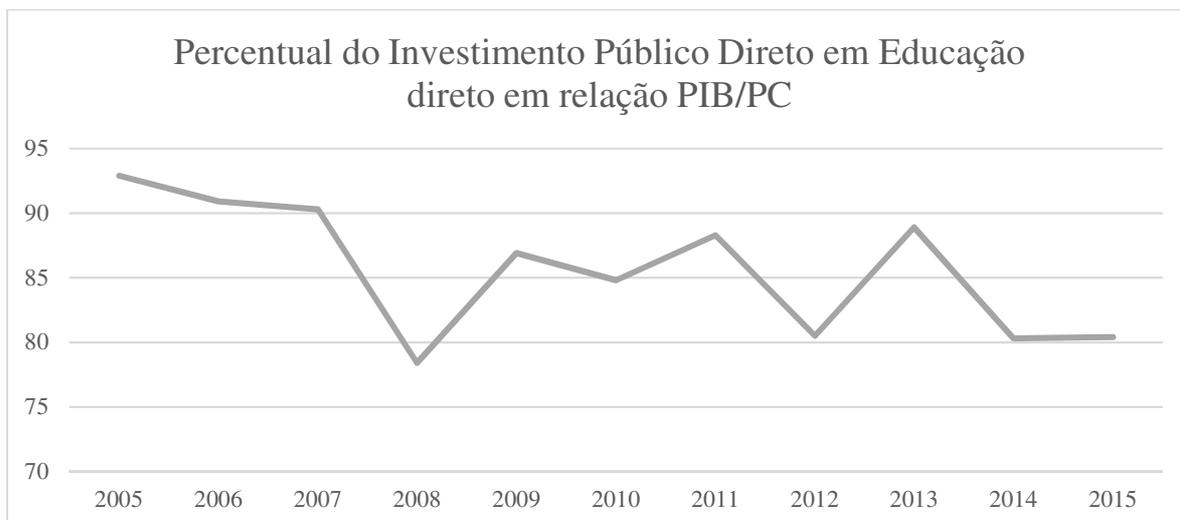
Conforme afirma Maciel (2012), o percentual de investimento em relação ao PIB (Produto Interno Bruto) tem grande importância na medida em: permite a identificação do grau de relevância que o governo atribui à educação; norteia o monitoramento do Plano Nacional de Educação 2014-2024, já que dentre as metas está a destinação de percentuais gradativos do PIB para a educação (meta número 20) e; contribui para estudos comparativos entre países, recebendo, assim, atenção especial de organismos internacionais, como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Sistema Educacional do Mercosul (SEM).

A destinação de percentual do PIB para a educação em todos os níveis se constitui em um dos critérios estabelecidos no atual plano nacional de educação de 2014-2024. A meta 20, que considera o indicador da razão entre investimento público total em educação e o PIB, prevê a ampliação do patamar de investimento já no 5º ano do plano para 7%, com progressão anual de forma até alcançar 10% no término da vigência em 2024. Os Gráficos 1 e 2 representam o comportamento do investimento público em ensino superior relativo ao PIB e ao PIB *per capita*, respectivamente.

Gráfico 1 – Evolução do Investimento Público em Ensino Superior relativo ao PIB



Fonte: DEED – INEP

Gráfico 2 - Percentual do Investimento Público Direto em ES em relação PIB *per capita*

Fonte: DEED/ INEP

Um estudo realizado por Amaral (2016a), considerando a tendência de crescimento do PIB brasileiro e a necessidade de cumprimento da meta do PNE 2014-2024 mostrou que numa projeção para 2020 o percentual de investimento total sobre o PIB deveria sofrer elevação, conforme segue:

Os recursos federais precisariam sofrer a maior elevação como percentual do PIB, de 0,70% para 1,80%. A esfera privada deverá continuar aplicando em torno de 1,10% do PIB, e as esferas estaduais e municipais teriam de praticamente dobrar os seus percentuais em relação ao PIB. Portanto, dos recursos totais – supondo a aprovação dos 10% do PIB –, 2,61% deveriam dirigir-se à educação superior pública, para que tivéssemos uma taxa bruta de 50% e uma taxa líquida de 33%. (AMARAL, 2016b, p. 733).

De acordo com o autor esse crescimento seria requisito para garantir a elevação das taxas de escolarização no ensino superior brasileiro, um dos aspectos mais discutidos quando se compara o Brasil aos demais países de mesmo nível econômico.

Outro estudo realizado por Nascimento e Verhine (2017), reportado ao relatório de 2016 do *Education at a glance*, publicação anual da OCDE, mostrou que o Brasil investiu em educação, em 2013, a mesma proporção do PIB que, em média, investiram os 35 países-membros da organização. Contudo, para o ensino superior, enquanto a média de investimento dos outros países-membros foi de 1,6%, no Brasil aplicou-se apenas 0,9% do PIB.

Ainda para esses autores, mesmo quando se observa a evolução do dispêndio entre 2005 e 2013, período em que o gasto brasileiro com educação como proporção do PIB cresceu a ponto de se equiparar à média observada nos países-membros da OCDE, a parcela destinada ao ensino superior oscilou entre 0,7% e 0,9%. Demonstrando que, embora em relação ao investimento na educação básica no Brasil os percentuais do PIB sejam mais elevados, quando comparados aos demais membros da OCDE o percentual do PIB no ensino superior foi menor que a média, ainda mais considerando os desafios de escolarização que o Brasil ainda apresenta.

Sobre a destinação do PIB ao ensino superior, faz-se necessário pontuar aqui que em aproximados 30 anos, não houve grande variação no volume desses recursos: em 1987, este montante representava 0,84% do PIB (JÚNIOR, 2007) e em 2013 esse índice foi de 0,9% (NASCIMENTO; VERHINE, 2017). Sobretudo quando se considera que para a educação básica, o índice passa de 2,86% (JUNIOR, 2007) para 4,3% (NASCIMENTO; VERHINE, 2017) em comparação dos mesmos anos.

Quando comparados os dois indicadores no período, nota-se que enquanto o PIB manteve um crescimento ainda que sutil e inconstante, o investimento relativo ao PIB *per capita* declina, saindo de 90,3 em 2007 para 80,4 em 2015, reduzindo em quase 10% seu percentual.

Em valores absolutos, no período de 2005 a 2017, o somatório dos recursos pagos e restos a pagar pagos para a subfunção ensino superior foi de R\$ R\$376 bilhões, conforme tabela 1:

Tabela 1 - Execução orçamentária da subfunção ensino superior (2005 a 2017).

Ano SIAFI	Pago	Pago + RP Pago
2005	R\$16.008.717.516,00	R\$16.390.656.604,00
2006	R\$17.533.295.551,00	R\$18.679.183.752,00
2007	R\$19.120.340.499,00	R\$20.398.973.419,00
2008	R\$20.206.225.544,00	R\$22.304.249.161,00
2009	R\$22.530.265.206,00	R\$24.546.096.986,00
2010	R\$24.888.355.698,00	R\$27.864.853.496,00
2011	R\$27.736.609.438,00	R\$31.535.318.005,00
2012	R\$26.617.556.367,00	R\$32.311.804.765,00
2013	R\$30.818.976.581,00	R\$35.023.308.585,00
2014	R\$34.120.170.408,00	R\$38.319.845.069,00
2015	R\$35.829.972.512,00	R\$38.136.807.969,00
2016	R\$32.863.538.809,00	R\$35.030.393.876,00
2017	R\$33.013.447.260,00	R\$35.593.718.762,00
	R\$341.287.471.389,00	R\$376.135.210.449,00

Fonte: SIGA SENADO, Valores corrigidos pelo IPCA a preços de julho de 2019.

O investimento público em educação superior inclui os valores relativos ao financiamento através de instituições públicas, como também programas para as IES privadas. Para estas, os programas Fies e Prouni são os principais recebedores dos recursos públicos.

O Fies, entre 2005 e 2017, conforme os seus Relatórios de Gestão recebeu a destinação de um total de R\$ R\$80,3 bilhões. Já para o Prouni, as renúncias fiscais apenas entre os anos de 2006 e 2012 totalizaram cerca de R\$ 3.6 bilhões (valores a preço de janeiro 2013), de acordo com um levantamento realizado por Costa e Ferreira (2017).

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A estratégia metodológica adotada partiu da revisão integrativa da literatura adaptada do modelo proposto por De Souza e Carvalho (2010), a qual estrutura-se em seis fases, a saber: a) elaboração das perguntas norteadoras; b) busca ou amostragem da literatura nas bases de dados científicas; c) coleta de dados; d) análise crítica dos resultados incluídos; e) discussão dos resultados; f) apresentação da revisão integrativa.

4.1 FASE 1 - ELABORAÇÃO DAS PERGUNTAS NORTEADORAS

A primeira fase iniciou com o desenvolvimento da questão: como se caracteriza a produção científica e acadêmica acerca do financiamento do ensino superior no Brasil? Em seguida, desdobrou-se um conjunto de questões que nortearam a produção dos dados buscando responder as seguintes perguntas:

- Qual a evolução temporal das publicações?
- Qual a distribuição dos trabalhos entre os tipos de publicação?
- Quais os periódicos que mais publicam sobre o tema FES?
- Quais os principais temas e objetos são investigados?
- Quais as repercussões e desdobramentos dos dilemas evidenciados pela literatura acerca da temática em destaque?

4.2 FASE 2 – BUSCA OU AMOSTRAGEM DA LITERATURA NAS BASES DE DADOS CIENTÍFICAS

A partir da consulta a artigos já mapeados sobre o tema, elegeu-se as expressões “financiamento da educação superior” e “financiamento do ensino superior” utilizadas isoladamente ou em conjunto mediante uso dos operadores booleanos AND e OR, como descritores para a busca e amostragem na literatura. Como ponto de partida, recorreu-se às

seguintes bases de dados: Catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas do Senado Federal (RVBI-SENADO), Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Brasileira de Educação (BBE) do Portal do Instituto Anísio Teixeira (Inep), Catálogo da Unesco, e Repositório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

No estudo exploratório optou-se, sempre que possível, pela utilização do método de busca integrado na ferramenta de busca avançada das bases de dados. Nesta etapa, considerou-se todo o período disponibilizado para a consulta.

A Tabela 2 ilustra os resultados obtidos nas simulações que envolveram os descritores e as bases de dados supracitadas.

Tabela 2 – Resultado dos testes de descritores em bases de dados

Descritor / Base de dados	RVBI-SENADO	SciELO	Portal Capes	BBE/INEP	Catálogo da Unesco	Ipea
Financiamento da Educação Superior	24	44	1.080	99	36	25
"Financiamento da Educação Superior"	0	5	10	0	8	0
Financiamento do ensino superior	21	41	898	94	35	19
"Financiamento do ensino superior"	0	1	5	52	15	2
Financiamento da educação Superior AND financiamento do ensino superior	7	25	598	65	-	-
Financiamento da educação Superior OR financiamento do ensino superior	39	60	1379	15706	-	-
"Financiamento da educação Superior" OR "financiamento do ensino superior"	0	0	5	0	-	-

Fonte: resultado da pesquisa.

Ainda na fase exploratória, buscou-se identificar os principais autores que publicam sobre o assunto, a existência de grupos de pesquisas no país dedicados ao estudo e suas linhas de pesquisas.

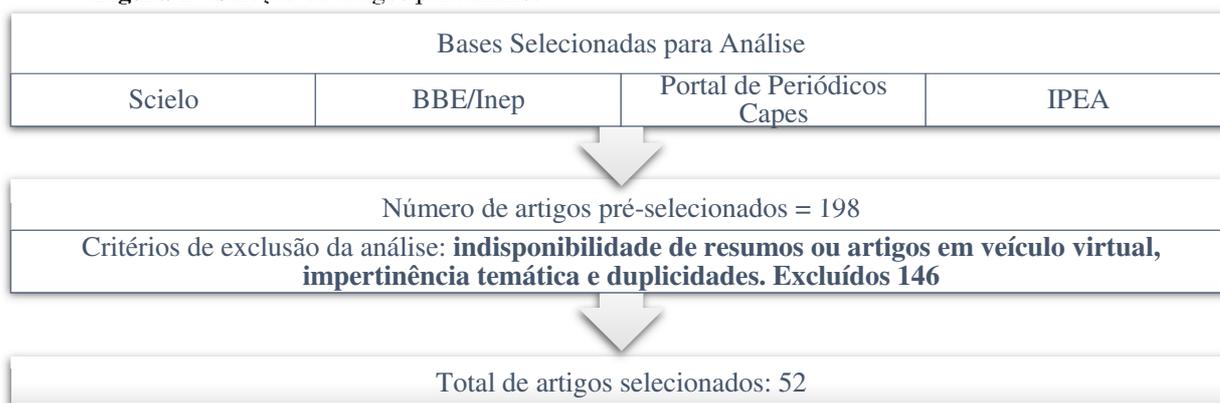
4.3 FASE 3 – PRODUÇÃO DE DADOS

Após o estudo exploratório, a produção dos dados foi conduzida tomando como fonte de informação os trabalhos indexados nas bases de dados já citadas e com base no critério inicial de disponibilidade em meios virtuais e resumos em língua portuguesa. Foram descartadas as bases Catálogo da Unesco e RVBI-SENADO por não atenderem integralmente a tais requisitos. A busca selecionou os artigos publicados no período de 2005 a 2017.

Conforme já pontuado, a seleção dos descritores considerou testes e combinações de expressões no idioma português. Para seleção final do universo de estudo foram utilizados os descritores (financiamento do ensino superior) e (financiamento da educação superior), com e sem aspas, combinados através dos conectores AND e OR em função das características específicas de cada base de dados.

Assim, na consulta à BBE do INEP utilizou-se o descritor *financiamento da educação superior* com busca no campo “assunto” e em tipo de obra “artigos”. O resultado total foi de 99 trabalhos, dos quais foram excluídos da análise 36 por não apresentarem resumo ou introdução disponíveis para consulta e 38 por impertinência temática, restando 25. Já para o Scielo o uso do descritor *financiamento da educação Superior OR financiamento do ensino superior*, em busca avançada a partir do campo “assunto”, com tipo de documento artigos, foram localizados 60 títulos, dos quais 28 foram excluídos por impertinência temática, restando para análise 32 artigos. Para o Ipea também se utilizou o descritor *financiamento da educação superior*, e a busca foi realizada diretamente no campo de pesquisa do portal do repositório do instituto. A partir da busca foram encontrados 25 documentos, entre publicações, notícias, vídeos, agenda de eventos e textos institucionais. Após análise, selecionou-se 17 publicações de “artigos”, os demais foram excluídos pela natureza do documento ou impertinência temática.

Figura 1 - Seleção de artigos para análise



4.4 FASE 4 - ANÁLISE CRÍTICA DOS RESULTADOS INCLUÍDOS: DEFININDO O PLANO DE ANÁLISE

Os trabalhos selecionados foram classificados quanto às características gerais da produção científica, considerando ano de publicação, periódicos em que foram publicados e tipo de estudo. Quanto ao conteúdo foram constituídas categorias de análise denominadas áreas temáticas que abordam temas que emergiram a partir da leitura na íntegra dos artigos selecionados. Com relação a área temática os artigos foram classificados em:

Políticas de financiamento da graduação e pós-graduação – neste grupo foram incluídos os trabalhos que tratavam das políticas de financiamento do ensino superior no Brasil, sobretudo aqueles que discorriam sobre os programas instituídos entre 2005 e 2017 (período de abrangência da pesquisa), quais foram: Fies, Prouni e Reuni, as políticas de financiamento relacionadas com a pós-graduação, trabalhos que discutem as influências de organismos internacionais nas políticas de financiamento internas e os desafios do Plano Nacional de Educação (2014-2024).

Fontes e modelos de financiamento – Esta categoria contemplou os trabalhos que discutiram a origem do financiamento do ensino superior, privada, pública, sua relação, dilemas e desdobramentos. Além disso, englobou os artigos que no mesmo sentido apresentaram estudos de modelos de financiamentos praticados em diferentes países, tais como análises comparativas com casos internacionais, sobretudo aqueles relacionados aos casos das políticas dos países vizinhos latino-americanos. Foram incluídas também as discussões acerca da relação entre o público e o privado no financiamento do ensino, em especial, as temáticas da mercantilização do ensino e da gratuidade.

4.5 FASE 5 - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que a revisão integrativa tem como propósito sintetizar as pesquisas disponíveis sobre determinada temática e direcionar a prática fundamentando-se em conhecimento científico, a interpretação e síntese dos resultados envolvendo a comparação dos

dados evidenciados na análise dos artigos ao referencial teórico será objeto do capítulo VII desta dissertação.

5 RESULTADOS

O universo de estudo foi composto por 52 artigos os quais foram analisados quanto às suas características gerais incluindo a distribuição temporal, periódicos nos quais foram publicados os artigos e tipo de estudo (teórico, empírico ou estudos de revisão) e a análise temática considerando o conteúdo abordado nos documentos.

5.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO UNIVERSO DE ESTUDO

Conforme se verifica no gráfico 3, no plano temporal, os artigos científicos publicados no Brasil se distribuíram de modo irregular entre os anos de 2005 a 2017, oscilando entre um mínimo de 01 publicação por ano, em 2007, até o máximo de 09 artigos publicados no ano de 2016.

Gráfico 3 - Evolução das publicações de 2005 a 2017



Fonte: resultado da pesquisa.

Com relação aos periódicos nos quais foram publicados os artigos (quadro 2), notou-se que cerca de 24% dos periódicos (n=09) concentraram aproximadamente 44% de todas as publicações.

O primeiro periódico em número de publicações encontradas foi a revista *Educação & Sociedade*. Ao todo foram 5 artigos, dentre os 52, aproximadamente 9%. A revista é uma publicação do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) indexada internacionalmente e disponível, desde 1998, na *Scientific Eletronic Library* (Scielo). Conforme texto institucional,

ela foi criada em 1978 com a proposta incentivar a pesquisa acadêmica e o amplo debate sobre educação nos diversos prismas.

O segundo periódico em número de publicações foi a *Revista da Avaliação da Educação Superior* com 4 artigos. A revista é uma publicação da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (Raies), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade de Sorocaba (Uniso). Conforme texto de apresentação institucional, a revista tem como escopo contribuir para o desenvolvimento dos estudos e pesquisas sobre a educação superior, em especial sobre avaliação institucional da educação superior e temas relacionados com as tendências e as políticas da educação superior e ciência e tecnologia.

Por fim, o terceiro grupo de periódicos em número de publicações, 02 artigos cada um, reuniu as revistas: *Educação e pesquisa* da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP); *Revista Brasileira de Ciências Sociais*; *Revista Iberoamericana de Educación Superior*; *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud* e; *Série-Estudos - Periódicos do Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco* (UCDB).

Quadro 2 - Relação periódicos por número de publicação

Nº	Periódico	Nº de Publicações	Instituição	Local de Publicação
1	Educação & Sociedade	5	Centro de Estudos Educação e Sociedade - Cedes	São Paulo
2	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior	4	Rede de Aval. Insti. da Educ. Sup. (RAIES), da Univ. Est. de Campinas (UNICAMP) e da Univ. de Sorocaba (UNISO)	Sorocaba - São Paulo
3	Educação e pesquisa: revista da Faculdade de Educação da USP	2	Universidade de São Paulo	São Paulo / SP
4	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	2	Fundação CESGRANRIO	Rio de Janeiro - RJ
5	Revista Brasileira de Ciências Sociais	2	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais	São Paulo / SP
6	Revista Brasileira de Educação	2	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação	Rio de Janeiro RJ
7	Revista Iberoamericana de Educación Superior	2	Universidade Nacional Autónoma de México	Cidade do México/ México
8	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud	2	Centro de Est. Avan. em Crianças e Jovens de Cinde e da Univ. de Manizales	Manizales, Colômbia
9	Série-Estudos: Periódicos do Mestrado em Educação da Ucdb	2	Universidade Católica Dom Bosco	Campo Grande, Mato Grosso do Sul

10	A & C: revista de direito administrativo & constitucional	1	Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar	São Paulo - SP
11	Acta Scientiarum Education	1	Universidade Estadual de Maringá	Maringá, Paraná
12	ARS (São Paulo)	1	Universidade de São Paulo	São Paulo - SP
13	Caderno CRH	1	Universidade Federal da Bahia	Salvador, Bahia
14	Ciência, docência y tecnologia	1	Universidade Nacional de Entre Rios	Buenos Aires - Argentina
15	Educação & Realidade	1	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul - Porto Alegre
16	Educação em Revista	1	Universidade Federal de Minas Gerais	Belo Horizonte - MG
17	Educar em Revista	1	Universidade Federal do Paraná	Curitiba - Paraná
18	Ensino Superior Unicamp	1	Universidade Estadual de Campinas	Sorocaba - São Paulo
19	ETD: Educação Temática Digital	1	Universidade Estadual de Campinas	Campinas - SP
20	Innovar	1	Universidade Nacional de Colômbia	Bogotá - Colômbia
21	Inter-Ação Goiânia	1	Universidade Federal de Goiás	Goiânia - GO
22	Linhas Críticas	1	Universidade de Brasília (UnB)	Brasília, DF
23	Práxis Educativa	1	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Ponta Grossa, Paraná.
24	Production	1	Associação Brasileira de Engenharia de Produção	São Paulo - SP
25	Radar 46	1	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	Brasília - DF
26	Radar 49	1	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA	Brasília - DF
27	Revista brasileira de política e administração da educação	1	Associação Brasileira de Política e Administração da Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Porto Alegre - RS
28	Revista da Faculdade de Educação- RFAED	1	Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT	Cáceres - MT
29	Revista de Sociologia e Política	1	Universidade Federal do Paraná	Curitiba/PR
30	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	1	Instituto de Estudos Brasileiros	São Paulo/SP
31	Revista Eletrônica de Educação	1	Universidade Federal de São Carlos	São Carlos - SP
32	Revista Gestão Universitária na América Latina	1	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis, Santa Catarina.

33	Revista Katálysis	1	Universidade Federal de Santa Catarina	Florianópolis, Santa Catarina.
34	Revista Linhas	1	Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC	Florianópolis - SC
35	Revista PRETEXTO	1	Universidade - Fundação Mineira de Educação e Cultura	Belo Horizonte / MG
36	Sinais Sociais	1	Serviço Social do Comércio - SESC	Rio de Janeiro/RJ
37	Sociedade e Estado	1	Universidade de Brasília	Brasília - DF
38	Universidade e sociedade	1	ANDES - Associação Nacional Docentes Ensino Superior	Brasília-DF

Fonte: resultado da pesquisa.

Quanto ao local de publicação, 47% dos periódicos concentraram-se nos estados do Sudeste, com destaque para o Estado de São Paulo (10) e Brasília (5). Além disso, 22 dos 38 periódicos, o que corresponde a quase 58%, são publicações feitas pelas Universidades, a maioria delas instituições públicas. O que demonstra a importância dessas entidades públicas na divulgação das pesquisas da área.

Com relação ao tipo de estudo, a maioria dos trabalhos foi classificada como de natureza teórica, aproximadamente 58% (n=30), seguidos pelos estudos empíricos, com 38% (n=20), e, com 4% (n=2), constaram os estudos de revisão.

5.2 ANÁLISE TEMÁTICA

Quando se analisa a distribuição dos 52 artigos por categoria temática (Quadro 3), verifica-se que 58% dos trabalhos (n=30) abordam questões relacionadas às fontes e modelos de financiamento. Deste total, observa-se que quase metade desse número (n=14) foi de trabalhos voltados para os estudos de experiências internacionais sobre o FES, onde são apresentados alguns modelos de financiamento de alguns países. Outros 31% (n=8) analisaram questões relativas à mercantilização do ensino superior com destaque para a relação entre os setores público e privado e a gratuidade do ensino superior. Em seguida, 17% discutiram o financiamento das IES públicas brasileiras enquanto 10% investigaram o financiamento das IES privadas brasileiras.

A categoria “Políticas de financiamento da graduação e pós-graduação” ficou em

segundo lugar com 42% dos artigos selecionados (n=22). Aqui o destaque com 64% (n=14) foram os artigos que abordaram as estratégias para expansão do ensino superior, sobretudo a partir de programas governamentais tais como: Reuni, Fies e Prouni. Em seguida vieram os estudos acerca do financiamento da pós-graduação com 18% (n=4), seguidos das investigações acerca do Plano Nacional de Educação 2014 – 2024 e das pesquisas que buscaram analisar as influências de organismos internacionais no FES, com 9% (n=2) cada.

Quadro 3 – Relação de artigos por categoria temática

Categoria temática	Subcategorias temáticas	Nº de artigos
Categoria 1 – Políticas de Financiamento da graduação e pós-graduação	Expansão do Ensino Superior Programas: Reuni, Prouni, Fies	14
	Os desafios do PNE 2014 - 2024	2
	Financiamento da pós-graduação	4
	Influências de organismos internacionais no FES	2
Subtotal Categoria 1		22
Categoria temática	Subcategorias temáticas	Nº de artigos
Categoria 2 – Fontes e modelos de financiamento	Mercantilização do ensino superior Gratuidade do ensino Relação Público x Privado [mercantil]	8
	Financiamento das IES Brasileiras - Financiamento das IES Privadas - Financiamento das IFES - Financiamento das IEES - Autonomia financeira	8
	Estudos de experiências internacionais - Contexto da América Latina e Caribe: Casos Chile, Argentino, Venezuelano e Colombiano - Contexto dos BRICS - Caso Britânico - Modelo Empréstimos Condicionados a Renda	14
Subtotal Categoria 2		30
Total Geral		52

Fonte: resultado da pesquisa.

5.2.1 Políticas de Financiamento da graduação e pós-graduação

Nesta seção consta a síntese dos artigos da categoria temática A, em cada uma das

abordagens e em ordem cronológica de publicação.

5.2.1.1 Expansão do ensino superior

Borges (2005) utilizou um estudo de caso da Universidade de Brasília (UnB) para analisar a expansão de cursos de graduação e do orçamento na universidade entre 1995 e 2002. O resultado apontado no período foi que a UnB e as IFES, de modo geral, conseguiram ampliar seus índices de desempenho no nível de graduação, mesmo diante de um quadro de restrição orçamentária no período em estudo. Contudo, isso só ocorreu diante de um esforço institucional da Universidade em reverter o quadro de limitação dos recursos orçamentários, materiais e humanos, buscando alternativas para sua sobrevivência, seja na captação de recursos próprios, seja na modernização de sua gestão e racionalização de suas atividades.

Sguissardi (2006) analisou os percursos da reforma universitária no Brasil, no período de 1995-2006. O autor fez uma análise da situação que precedeu a aprovação do projeto de lei da Reforma Universitária, elaborado pelo governo Lula da Silva. A preocupação central foi de apresentar o contexto macroeconômico e político em que se processou a reforma da educação superior no país. As conclusões indicaram que, dada a conjuntura da época, dificilmente o projeto seria aprovado no Congresso Nacional e, se o fosse, tenderia a apresentar mudanças que aprofundariam o caráter neopragmático e eficientista da reforma em curso nos anos que a antecederam, orientada pelos organismos internacionais como Banco Mundial.

Carvalho (2006) ainda no mesmo ano, analisou o programa Prouni, indicando que este atuou mais como forma de recuperação de instituições particulares endividadas do que efetivamente para atingir os propósitos sociais de melhoria das taxas de escolarização da faixa de 18 a 24 anos. Para a autora, a proposta inicial do programa foi alterada de forma que o texto final, mais flexível, permitiu que instituições privadas tivessem o acesso relativamente maior ao programa que as filantrópicas (inicialmente destinatárias do programa). Assim, esse afrouxamento das regras e das sanções combinado ao lapso temporal de avaliação dos cursos beneficiados estimularam comportamentos oportunistas por parte de instituições de qualidade duvidosa.

Siqueira (2009) discutiu o processo de ampliação do acesso ao ensino superior, denominado pela autora como “processo de inclusão excludente”. Para ela, à medida em que se ampliou apenas a dimensão ensino (de forma mais abreviada) sem uma perspectiva de educação

universitária, se prejudicou também a qualidade da expansão, pois ela não favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo e propositivo, pressupostos das Universidades. Assim, a autora propôs a priorização política para aumentar os recursos para uma educação que seja, de fato, democrática e não um processo de inclusão excludente e investimento mais direcionados às Instituições Universitárias.

Gemaque e Chaves (2010) analisaram o perfil do financiamento da expansão do ensino superior, visando discutir a parceria público-privada no financiamento desse nível da educação, a partir da aprovação da LDB nº 9.394/96. A partir de dados financeiros referentes ao orçamento executado da União e no Censo da Educação Superior, no período de 1996 a 2008, evidenciaram que a política de expansão desse nível de ensino tem favorecido o setor privado por meio de incentivos governamentais, especialmente nos programas Prouni e Fies. Observaram ainda que, a partir da observação da evolução do orçamento da União do período, a política de ajuste fiscal implementada pelo governo atingiu diretamente as universidades federais.

Costa, Costa e De Melo (2011), por sua vez, realizaram uma análise da necessidade de expansão da educação superior brasileira em relação a indicadores como demografia, taxa de desemprego, anos de estudo, IDH, dados do ensino superior e médio, além da relação do 3º grau com a maneira que as famílias brasileiras gastam seu dinheiro. A proposta dos autores foi de apresentar uma maneira de expandir a educação superior no Brasil por meio de uma “retroalimentação da própria população”. Os resultados apresentaram um cenário favorável à expansão do ensino superior, que, contudo, ainda demanda investimentos governamentais iniciais para que a própria população retroalimente o sistema educacional brasileiro.

Chaves, Guimaraes e Machado (2011) trataram da expansão do ensino superior através de estudo de revisão de literatura com a exposição dos resultados da primeira etapa da pesquisa "Política de financiamento na expansão da Educação Superior no Brasil pós-LDB". Neste trabalho os autores apresentaram uma análise crítica sobre a produção escrita acerca da temática política de financiamento da educação superior, no período de 1996 a 2009. Os resultados apontaram que as pesquisas sobre a temática têm sido escassas e evidenciaram a necessidade de ampliação dos estudos sobre financiamento da Educação Superior devido à relevância desse assunto para a compreensão das políticas educacionais.

Costa, Costa; Barbosa (2013) analisaram a expansão e reestruturação do programa Reuni entre o término do sua primeira fase e início da segunda. Os autores discutiram as ações de financiamento provocadas, a partir da seleção de duas universidades, uma criada com o programa (Universidade Federal da Fronteira do Sul) e uma reestruturada (Universidade

Federal de Santa Catarina). Nos resultados confirmaram que houve ampliação no recurso públicos e que os gerentes dessas instituições reconheciam a importância e a magnitude de tais investimentos, mas acreditavam na necessidade de continuidade do programa para a sua segunda fase.

Ristoff (2014) discutiu até que ponto políticas de expansão do ensino superior instituídas no decurso das duas últimas décadas começam a alterar o perfil socioeconômico do estudante de graduação do campus brasileiro. A principal fonte de informações utilizada é o questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade) referente aos três primeiros ciclos completos. As políticas avaliadas pelo autor foram (Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (Reuni), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), o novo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), a Lei das Cotas nas Instituições Federais, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), a criação de novas universidades e novos campi das universidades federais, a política de interiorização e a criação dos Institutos Federais de Educação, entre outras.

Os resultados confirmaram que houve uma mudança de perfil socioeconômico da graduação, observada nos últimos anos, e que essa se mantém e se acelera e que as políticas adotadas, embora lentas apontam para a direção correta: a educação superior brasileira está criando importantes oportunidades de mobilidade social para alunos trabalhadores, de baixa renda, pretos, pardos, indígenas e filhos de pai sem escolaridade.

Carvalho (2014) analisou a política educacional no que tange à expansão e ao financiamento à educação superior nos dois mandatos do governo Lula, desde a formulação até a implementação de elementos da agenda governamental que propiciam a expansão e o financiamento da oferta, combinados a subsídios e bolsas aos estudantes. Na análise foram considerados como elementos o Prouni e no Programa Expansão Fase I e na sua continuidade pelo Reuni. As conclusões apontaram que a política educacional se consubstanciou na combinação de crescimento intensivo e extensivo acompanhado do acréscimo de recursos ao segmento federal, porém, as desigualdades sociais e regionais permanecem no horizonte da política educacional como obstáculos a serem superados.

Chaves (2015) discutiu a parceria público-privada no financiamento desse nível da educação, nos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Este consistiu em mais um estudo que partiu da tese de que o financiamento da educação superior pública está diretamente

relacionado a política de ajuste fiscal do Estado implementado no Brasil desde 1990, como parte das reformas neoliberais adotadas nos países da América Latina. O texto faz uma reflexão sobre a política de financiamento da educação superior pública brasileira estabelecendo relação com a expansão pública e privada desse nível de ensino. Nas conclusões, evidencia-se que, apesar do crescimento das matrículas no setor público federal, a política de expansão desse nível de ensino tem favorecido o setor privado, por meio de incentivos governamentais, especialmente nos programas Prouni e Fies. Por outro lado, destacam que ainda há necessidade de aumento dos recursos por meio da aplicação de 10% do Produto Interno Bruto para a educação pública do país.

Aguiar (2016) apresentou as principais políticas para o setor privado de educação superior adotadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010), a partir de uma retrospectiva histórica e de uma análise de sua implementação. O trabalho demonstrou que, apesar de ter realizado políticas para o setor público bastante distintas das do governo de Fernando Henrique Cardoso, no caso do setor privado, há antes um aprofundamento das opções políticas já desenvolvidas durante o governo de Cardoso. Ou seja, para o autor as opções se traduzem em ações de fomento ao desenvolvimento do setor privado, na medida em que ampliaram o financiamento deste e consolidaram um marco legal que proporcionou segurança jurídica às mantenedoras.

Chaves e Amaral (2016) analisaram a política de expansão da educação superior brasileira no período 2003-2014, tendo como ênfase a análise do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Programa de Financiamento Estudantil (Fies) como financiadores do setor privado. O estudo evidenciou que uma política de expansão ocorreu tanto para o setor público quanto para o privado, e que este último recebeu substanciais incentivos governamentais, especialmente pelas vias do Prouni e do Fies, o que tem contribuído para a obtenção de lucro e a oferta de uma educação superior que dissocia o ensino de graduação da pesquisa e da extensão.

Silva e Santos (2017) analisaram o efeito da concessão de bolsas do Prouni e Fies na contenção da evasão, comparando os programas entre si. Através do resultado pesquisa realizada, os autores verificaram que a evasão consiste num problema importante no âmbito educacional por causar ociosidade de recursos. No entanto, o Prouni e o Fies têm subsidiado o ingresso de estudantes em IES privadas e esses incentivos minimizam a motivação financeira que pode gerar evasão. Contudo, apontaram que as bolsas ofertadas pelo Prouni têm correlação negativa com a evasão e, com menor magnitude, o Fies apresentou relação positiva. Desta

forma, conclui-se que o Prouni se apresenta como uma política mais eficaz à contenção da evasão do que o Fies.

5.2.1.2 Os desafios do PNE 2014 – 2024

Chaves e Amaral (2014) analisaram a política de financiamento da educação superior pública brasileira presente no I Plano Nacional de Educação (PNE) pós Constituição Federal de 1988 e a proposta contida no Projeto de Lei nº 8.035/2010, com base na tese de que o financiamento da educação superior pública está diretamente relacionado à política de ajuste fiscal do Estado implementada no Brasil dos anos 1990. Os autores pontuam que os projetos estariam no escopo das reformas neoliberais adotadas nos países capitalistas, em especial na América Latina. Com a reflexão sobre a política de financiamento da educação superior pública brasileira, foi possível no texto estabelecer uma relação entre as metas de expansão propostas nos Planos Nacionais de Educação e o percentual do PIB necessário, sendo o mínimo, 1,54%. Além de também usar como parâmetro uma comparação dos valores aplicados pelo Brasil e países da OCDE, identificando a distância existente entre o Brasil e os demais países.

Dois anos mais tarde, já durante a vigência do PNE, Amaral (2016b), realizou um estudo que teve entre os objetivos analisar os dilemas do financiamento no contexto do novo Plano Nacional de Educação (PNE) e fazer comparações com diversos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Além de discutir os desafios postos para atingir as metas do plano, as temáticas como limites para expansão do ensino superior estiveram presentes. No tocante ao atingimento das metas do PNE, o autor destacou a necessidade de crescimento do país e de seu produto interno bruto (PIB) no contexto do capitalismo mundial e diminuição das desigualdades sociais existentes.

5.2.1.3 Financiamento da pós-graduação

Moreira, Silveira, Ferreira e Cunha (2010) apresentou um estudo sobre a eficiência e a qualidade dos programas de pós-graduação das instituições de ensino financiadas pelo PROF

(Programa de Fomento à Pós-Graduação, criado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Com o resultado da pesquisa diagnosticou-se que o PROF, cujo objetivo foi propiciar às instituições públicas de ensino maior autonomia na gestão de recursos financeiros destinados ao financiamento dos programas de pós-graduação, garantiu níveis superiores de qualidade em relação aos demais programas, no período entre 2001 e 2003.

Dotta (2014) apresentou a estrutura política e o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. O autor, fundamentou-se no estudo do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, cujo objetivo fundamental é fomentar o desenvolvimento do serviço público de educação superior no país. Fez um apanhado histórico do número de doutores e mestres no Brasil de 1960 até 2013 e ressaltou o papel central Capes na estruturação das políticas públicas. À guisa da conclusão, ele aponta o número de bolsas distribuídas comparando o investimento realizado nos últimos governos para o financiamento da pós-graduação no Brasil

Fonseca e Fonseca (2016), por outro lado, focou o papel e a concepção dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, considerando para isso a contextualização e os marcos regulatórios. O autor apresentou uma reflexão, onde relaciona o aumento expressivo de instituições privadas e, particularmente, a proliferação de cursos *lato sensu*, entre eles, os cursos corporativos oferecidos por instituições públicas, à contração do financiamento da educação superior na década de 1990. O texto finda por evocar as responsabilidades de coordenadores e gestores de cursos pela garantia da qualidade dos cursos.

Por fim, Azevedo, Oliveira e Catani (2016) apresenta um texto que problematiza a relação entre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), o Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020) e a política de formação de pessoal de educação superior (graduação e pós-graduação), considerando as imbricações entre financiamento, regulação e avaliação. O artigo também trata sobre a formação superior para o magistério na educação básica, bem como sobre potenciais impactos do corte de financiamento da Capes (2015-2016) por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

5.2.1.4 Influências de organismos internacionais no FES

Leher (2005), considerando o quanto as políticas internas guardam relação direta com as definições e orientação dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, analisou o

então anteprojeto da Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), versão de 6 de dezembro de 2004. Com isso, o autor revela as conexões com as medidas encaminhadas pelo governo federal da época e o Programa Universidade para Todos (Prouni), a Inovação tecnológica e o Sistema Nacional de Avaliação (SNA). As similaridades com as propostas do Banco Mundial são indicadas, sugerindo a força da agenda encaminhada no Brasil no final dos anos 1990 e no início da presente década. Sustenta também que os recursos para a educação superior federal, já decrescentes nos últimos dois anos, serão reduzidos ainda mais, enquanto os repasses do Estado para as instituições particulares crescerão.

Lima (2011) considerou que as diretrizes estabelecidas pelo Banco Mundial para a educação superior dos países periféricos nos anos 1990 provocaram o “empresariamento” da educação superior através das parcerias público-privadas na educação superior e dos contratos de gestão, desconstruindo a educação pública brasileira como um direito social. Assim, o autor evidencia que deste processo resultou na “desconstrução da educação pública brasileira como um direito social e na estruturação de um tipo de universidade adequada a atual etapa de acumulação do capital, particularmente em um país capitalista dependente como o Brasil”.

5.2.2 Fontes e modelos de financiamento

Nesta seção consta a síntese dos artigos da categoria temática B, em cada uma das abordagens e em ordem cronológica de publicação.

5.2.2.1 Mercantilização do ensino superior

Sguissardi (2005) discutiu o tema da mercantilização sob a ótica dos dilemas enfrentados pelas universidades estatais públicas, tanto nos países centrais como nos da periferia e semiperiferia, diante dos constrangimentos econômico-financeiros propostos pela nova concepção de economia, de Estado e de direitos ou serviços públicos, verem-se identificadas como bem público ou “privado/mercantil”. Para o autor, com a mercantilização do ensino o que estaria em jogo seria a própria multissecular identidade universitária, decorrente da expansão do setor privado, associada à redução dos investimentos estatais nas universidades públicas e do trânsito da autonomia para a heteronomia universitária. A problematização do

debate sustenta-se no questionamento do ensino superior ser um bem público ou privado.

Dois anos após, Barros et al. (2007), continua a discussão apresentando elementos teóricos os quais afirmam que educação superior não poderia ser considerada um bem público, pois não satisfaz duas condições básicas: (a) o custo adicional por um indivíduo a mais se beneficiar deste bem é zero, e (b) é muito difícil, senão impossível, excluir uma pessoa que esteja interessada em se beneficiar deste bem. Considerando tais condições, o autor expõe e argumenta as razões que o Estado teria em subsidiá-la, diante das externalidades geradas pelo ensino superior, mas desmonta a ideia de que essas justifiquem a gratuidade em instituições públicas.

No sentido contrário às alegações apresentadas por Barros et al. (2007) e Brito e Louzada (2009) fizeram reflexões sobre os conceitos e as dimensões objetivas e subjetivas que sustentam o financiamento da educação superior no Brasil. A base para a teorização foram as definições de custo, investimento e financiamento encontrados na literatura contemporânea e, a partir de então apresentaram argumentos que contrapõem as recomendações das instituições financeiras internacionais sobre educação nos países em desenvolvimento. Ou seja, segundo os autores, contrariamente à teoria crítica de que o investimento em educação superior pode criar alternativas para melhorar a educação e auxiliar no desenvolvimento da sociedade brasileira.

Bertolin (2009), por sua vez, aborda e analisa o processo de mercantilização da educação superior, a partir da apresentação da trajetória da educação superior como serviço comercial, destacando desde as argumentações de Adam Smith até as propostas do Banco Mundial e da OMC. No texto são abordados aspectos característicos da mercantilização, tais como a regulação híbrida, o gerencialismo, o financiamento privado e o ensino e a pesquisa para o mercado.

Mais tarde, Bertolin (2011) foca a mercantilização sob a perspectiva de que ela advém das manobras dos “organismos internacionais multilaterais e governos de diversos países incentivaram reformas na educação superior que geraram, principalmente, a expansão das redes de instituições privadas, a redução dos financiamentos públicos, a cobrança de mensalidades e a competição no provimento de serviços educacionais”. Sendo assim, o fenômeno da mercantilização surge no sentido de redirecionar os fins e os meios da educação para a lógica do mercado, trazendo como consequência a perda do status de bem público para a condição de serviço comercial.

Silva (2012) com base nos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), buscou

responder por que a relação universidade-sociedade no Brasil vem sendo reduzida à relação universidade-empresa. A crítica do autor direcionou-se aos argumentos de defesa à participação de empresas nas universidades unicamente com o propósito de aumentar os recursos públicos destinados às pesquisas acadêmicas. Para ele, há no meio acadêmico o apoio a essa prática ainda que não haja, por parte das empresas, qualquer interesse em relação à universidade. E é justamente nesse ponto que reside a incoerência dos enfoques, chamado por ele de ‘neovinculacionistas’ em relação à realidade social dos países periféricos, como o que vem ocorrendo no Brasil nesse âmbito.

Pinto (2016), por sua vez, analisou os diferentes mecanismos de repasse de recursos públicos ao setor privado de ensino. Para tanto, apresentou os dados referentes a: 1) destinação direta de recursos, caso do Sistema “S”, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e dos convênios na educação infantil e especial; 2) renúncia fiscal, como é o caso do desconto padrão de imposto de renda da pessoa física para os contribuintes que possuem filhos na rede privada, do Programa Universidade para Todos (Prouni) e da isenção de tributos das entidades sem fins lucrativos; e 3) subsídios ao financiamento estudantil, como é o caso do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Os resultados obtidos indicaram que, em 2014, o montante total destinado ao setor atingiu 0,58% do Produto Interno Bruto (PIB), um índice que representa 56% de todo gasto federal com manutenção e desenvolvimento do ensino no período. Os dados indicam também uma preocupante ampliação da destinação de recursos para o setor privado, em especial por meio do Fies.

Por fim, Silveira e Bianchetti (2016) analisaram as transformações das universidades brasileiras em relação à configuração institucional, ao financiamento, à gestão e à produção do conhecimento. A partir da referência dos modelos de universidade humboldtiano, napoleônico e norte-americano, na perspectiva de captar o desenvolvimento dessas concepções, sua convergência e materialização na universidade modernizada. Os autores desvelaram que, no decurso dos processos de internacionalização da economia, a ideia de universidade passou a alinhar-se, historicamente, aos desígnios do desenvolvimento econômico por mediação da política científico-tecnológica, sob a orientação de organismos supranacionais e intelectuais orgânicos do capital. Por fim, o autor evidencia como se estabelece triplo processo que caracteriza a contrarreforma universitária: integração subordinada da educação à política de ciência, tecnologia e inovação; diversificação e hierarquização institucional segundo a oferta e duração dos cursos; e empresariamento da educação.

5.2.2.2 Financiamento das IES brasileiras (Públicas e Privadas)

Velloso e Marques (2005) discutiram o comportamento de despesas da Universidade de Brasília (UNB), enfatizando as receitas próprias sob a ótica das fundações de apoio em anteprojetos de reforma da educação superior do Governo Lula. Seu estudo apontou que embora a UNB destaque-se na geração de receitas próprias, a maioria é consumida na sua geração. Sendo assim, seu financiamento é predominante das verbas do MEC e não difere muito do observado nas outras IFES.

Morosini e Franco (2006) analisaram as características de sustentabilidade na universidade comunitária - UC (não estatal orientada para a região), segundo seus gestores. O trabalho teve como objetivo a identificação das políticas institucionais, mudanças no caráter comunitário e traçar perspectivas. O estudo conclui que o desafio é estabelecer mudanças sustentáveis e manter o caráter comunitário diante da expansão, da diversificação de áreas de financiamento e independente de competições e recursos.

Amaral (2008) analisou as origens do financiamento das IFES, o caminho percorrido pelas propostas para se definir a autonomia das instituições, os limites impostos pela desigualdade social à expansão do setor privado, as fontes de financiamento da educação superior e os desafios existentes neste campo.

Amaral e Pinto (2010) através de um estudo com informações do Censo da Educação Superior do ano de 2005, afirmam que as famílias pagam elevados valores com mensalidades quando comparados aos valores aplicados pelos poderes públicos, e que o custo médio do aluno de graduação não é muito diferente nos setores público e privado quando se consideram os gastos com pesquisa. Os autores concluem que é mitológica a afirmação que as IES privadas são mais eficientes que as IES públicas na formação de um aluno de graduação e defendem portanto, o investimento público no ensino superior.

Alves e Pimenta-Bueno (2014) exploram o tema do financiamento trazendo como centralidade o esforço de inovação das empresas por meio de parcerias com institutos de ciência e tecnologia. A análise do caso brasileiro mostra que a combinação dos recursos de fomento federais e estaduais e a infraestrutura montada nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) nas últimas décadas participam na consolidação desse esforço. O artigo traz reflexões sobre a interação universidade-empresa para a inovação a partir de uma *survey* realizada junto a ICTs e empresas

participantes de um programa nacional de fomento entre 2002 e 2007, intitulado Coopera.

De Melo Junior e Reis (2014), através de um estudo de caso, analisaram o financiamento das universidades paranaenses no período de 2003 a 2010, tomando como parâmetro dois indicadores: 1) a parcela dos recursos constitucionalmente vinculados à educação e destinados às universidades paranaenses para a manutenção das atividades de ensino; 2) os recursos do Tesouro do Estado destinados pela Lei Orçamentária Anual às universidades para o financiamento das atividades de ensino (despesas com educação), das clínicas e dos hospitais universitários (gastos com saúde) e de parte da folha de pagamento de pessoal de pesquisa (gastos com ciência e tecnologia). Os resultados deste estudo nos permitiram concluir que, no período analisado, as universidades paranaenses enfrentaram um processo de subfinanciamento, que resultou numa redução, em termos reais, dos recursos do Tesouro do Estado a elas destinados.

Reis, Bosio e Deitos (2015) também realizaram um estudo de caso e a evolução das despesas do estado do Paraná com o Serviço da dívida pública (juros, amortizações e encargos com o refinanciamento) e com o financiamento das instituições estaduais de ensino superior (IEES) e do ensino profissional no período de 2003 a 2012. Os resultados do trabalho indicaram que, no período de 2003-2012, o Paraná comprometeu parcela significativa do orçamento com o pagamento da dívida pública. Quanto ao financiamento das IEES, verificamos que no período de 2003 a 2005 ocorreu restrição orçamentária e a partir de 2006 houve aumento do percentual de recursos a elas destinado. Quanto ao financiamento do ensino profissional, constatou-se aumento do percentual de recursos, especialmente entre 2007 e 2012 e uma significativa redução dos recursos destinados a esta modalidade de ensino nos anos de 2009 a 2011.

Corbucci, Kubota e Meira (2016) apresentaram um breve relato da evolução histórica da educação superior privada no Brasil, desde o final da década de 1960 até os dias atuais. O trabalho que tem um caráter analítico-histórico, aborda temas como a Reforma Universitária de 1968, a explosão das matrículas na década de 1970, o refluxo do setor nos anos 1980 e a retomada, a partir da segunda metade dos anos de 1990. Nas décadas de 2000 e 2010, é destacada a evolução do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), que tiveram papel fundamental na expansão do ensino superior privado no período. A partir da análise dessa trajetória histórica, os autores apresentam os elementos que possibilitam o entendimento do processo de fusões e aquisições nos últimos dez anos, e as possíveis implicações a eles referidas.

5.2.2.3 *Estudos de experiências internacionais*

Donoso-Díaz (2005) analisou as principais orientações da reforma universitária chilena de 1981. A discussão foi sobre o impacto sofrido pelo sistema público de educação universitária e, particularmente, o papel que o Estado passou a assumir neste campo após a aplicação de eficientes instrumentos financeiros condizentes com a política de livre-mercado. O autor defendeu uma política de financiamento dos centros governamentais que seja consistente com um papel mais ativo do Estado e que vislumbre uma sociedade mais justa.

Donoso-Díaz, Schmal e Ruiz (2005) elaboraram um artigo de caráter elucidativo quanto às principais dúvidas e questionamentos relativos às modificações sofridas no modelo de financiamento do ensino superior chileno. De acordo com os autores, o modelo de desenvolvimento chileno neste tema estava sobrecarregado e sua re-adequação demandaria uma reengenharia que permitisse rever a forma de financiamento aos estudantes. Isso porque, em paralelo ao crescimento das matrículas havia surgido crescentes investimentos de recursos financeiros para atender maiores exigências de créditos provenientes de setores sociais menos privilegiados.

Donoso-Díaz (2008) analisou as principais tendências em matéria de demandas crescentes e novas propostas de políticas e instrumentos de financiamento dos estudos universitários, temática estratégica para o desenvolvimento do capital humano na sociedade do conhecimento, e que faz parte dos desafios que na atualidade já se vislumbram em diferentes países. Foram revistos alguns casos nos seguintes países: Austrália, Alemanha, Reino Unido, Chile, Estados Unidos e Colômbia, que, sob diversos formatos, orientações e instrumentos, buscaram resolver um conjunto de problemas comuns. O texto termina com uma análise de semelhança e diferenças e de formulação de proposições que, além de qualquer posição ideológica, política e técnica, têm por base o papel chave do estado e das diversas políticas públicas nos diferentes cenários apresentados.

Donoso-Díaz (2009), mais uma vez, fez uma reflexão sobre os fundamentos que o sistema de financiamento dos estudos universitários no Chile possui desde o ponto de vista da economia política, caso de relevância, pois desde quase três décadas têm se aplicado políticas de financiamento que assumem custos compartilhados entre a sociedade, a família e as instituições educacionais, como também se têm empregado distintos sistemas de crédito

estudantil. A discussão racional da economia política, analisando "a produção de bens em educação", identificando as principais demandas para a educação e os princípios em jogo, dando conta dos temas pendentes e algumas de suas consequências, para o que se efetuam certas propostas orientadas à sua mitigação. Finalmente, expressa-se a preocupação por desvendar um problema que ainda não foi visualizado com respeito aos recursos investidos e seus retornos, o que pode significar uma crise de proporções, como em seu momento (2002) o Chile enfrentou no nível do ensino secundário.

Silva (2010) abordou as principais problemáticas que confrontam as IES e as suas repercussões no âmbito acadêmico, no contexto da América Latina. Entre o conteúdo discutido estiveram: a crescente demanda pela educação de terceiro nível, as novas demandas dos mercados de trabalho, as formas de produção e a gestão do conhecimento, os efeitos da globalização na educação superior, o interesse crescente que o setor externo está colocando nas universidades, a criação de recursos próprios para o seu financiamento e a implementação de novas tecnologias na educação superior. Para o autor, a relevância ou pertinência da educação superior é uma dimensão da qualidade do serviço educativo de terceiro nível e a responsabilidade social da instituição e dos programas acadêmicos deveria ser a máxima preocupação na hora de prestar contas.

Keith (2012) publicou um estudo no qual são explicitadas as preocupações em torno do que ele chamou de mudanças no sistema de ensino britânico a respeito financiamento e controle institucional das políticas de ensino superior. O autor estudou o desafio que tem enfrentado as universitárias britânicas na tarefa de produção do conhecimento, em face das mudanças nos critérios de distribuição de verbas e de avaliação da produção naquele país.

Gutiérrez (2012) desenvolveu uma investigação que teve como objetivo elaborar e validar uma proposta de política pública para o financiamento da educação superior na Colômbia. De acordo com autor, a educação superior como um bem misto e como tal seu financiamento deve ser misto. Assim, ele desenhou uma modalidade de crédito, ao qual possam ter acesso todos os estudantes e as estudantes das universidades oficiais da Colômbia, crédito que cobre unicamente o financiamento de gastos acadêmicos e cujo pagamento esteja condicionado aos ingressos futuros do egresso ou egressa. Assim os beneficiários e beneficiárias só estarão obrigados a realizar o pagamento da dívida nos períodos em que seu ingresso supere um limite definido.

García-Guadilla (2012) apresenta uma análise da situação da educação superior na Venezuela, tomando como eixo a polarização e as tensões existentes no país, particularmente

no presente século. Para tanto, são feitas comparações entre as políticas públicas do primeiro e o segundo período de governo de Hugo Chávez, onde se expressa que as fortes tensões entre os atores de uma e outra etapa se refletiam, entre outras coisas, no desmantelamento do programa Alma Mater. O sistema de educação superior naquele país era constituído por diferentes dimensões que representam eixos interligados, a autora considera que os mais importantes são: autonomia, rendição de contas, ingresso, financiamento e diferenciação institucional. A partir destes eixos, apresenta uma série de reflexões que poderiam ser úteis nos diferentes cenários possíveis para criar um sistema nacional de educação superior que responda às necessidades de todos os setores do país, pois a educação não deve ser uma política do governo, mas uma política de estado com participação e responsabilidade de toda a sociedade.

Lloyd (2012) apresenta o financiamento estudantil para o ensino superior e o desafio dos estudantes universitários em saldar a dívida estudantil. De acordo com o artigo, antes reduto de uma elite abastada, o ensino superior tornou-se uma commodity de massa em muitas partes da América Latina: alguns países viram um aumento de quatro ou cinco vezes no número de matrículas nas últimas duas décadas. Nesse processo, os governos estão dependendo cada vez mais do setor privado, em particular dos provedores de ensino que almejam o lucro para atender à crescente demanda por diplomas universitários na economia global do conhecimento.

Vasen (2013) desenvolve um trabalho que analisa o perfil adotado pelas políticas científicas das universidades nacionais argentinas. Através de um levantamento das iniciativas promovidas por estas instituições de ensino superior e de uma descrição dos instrumentos de financiamento para a ciência acadêmica de outros organismos nacionais como o CONICET, a ANPCyT ou o Ministério de Educação, o trabalho visou detectar que características adotam as iniciativas na matéria das universidades nacionais e que vagas ou concorrências de funções surgem realizando uma análise global. Os resultados principais mostram que as universidades dispõem de programas de subsídios mais abrangentes e por menos quantias que os organismos públicos nacionais. Por outro lado, só as universidades outorgam bolsas de estudo para alunos de graduação. Finalmente, pode-se notar que suas políticas para a orientação da pesquisa são fracas.

Schwartzman (2015) analisou a expansão do ensino superior nos países chamados BRICS. A aspiração crescente pelo ensino superior obriga os governos a gerir os custos de funcionamento desse sistema. As respostas de cada país variam com sua história, cultura e regime político. Todos eles enfrentam problemas semelhantes, como escassez de recursos e o poder político de atores do sistema de ensino superior e fora dele. Cinco dilemas se apresentam

aos países: 1) expansão, igualdade de acesso e diversificação das matrículas, taxas de participação, o número e os tipos de instituições; 2) limitações financeiras; 3) regulação do ensino superior privado; 4) como fazer com que as instituições de ensino superior prestem mais contas a seus alunos, funcionários e à sociedade como um todo; e 5) qualidade e relevância social da aprendizagem e pesquisa em instituições de ensino superior. Utilizando dados e evidências das pesquisas mais recentes, o artigo mostra respostas comuns, com algumas exceções em cada caso: diversificação institucional; políticas de ação afirmativa; crescimento das matrículas nas ciências sociais, humanidades, profissões sociais e Educação; pouco sucesso nas políticas de internacionalização.

Maritza (2015) buscou mostrar as características dos principais eixos estratégicos das transformações vividas pelo ensino superior (especialmente as reformas nas universidades) no mundo, devido à globalização e ao avanço da sociedade do conhecimento. Para tanto, baseou-se na descrição e análise de estudos realizados entre 1997 e 2013, numa perspectiva comparativa entre países desenvolvidos e a América Latina. Concluiu-se que as grandes diferenças são, especialmente, o escasso financiamento para o ensino superior, o acesso limitado da juventude às universidades, a falta de inovação e internacionalização dos currículos e da pesquisa, bem como a insuficiente cultura de qualidade na América Latina.

Segrera (2016) analisou as tendências globais e regionais no ensino superior - a partir das propostas da Conferência Mundial de Educação Superior da UNESCO, em 1998 e 2009. O autor pontua a consideração do ensino superior como um bem público no sentido de promover as mudanças necessárias de suas principais tendências, tais como expansão quantitativa; crescente privatização; diversificação institucional; internacionalização e crescimento das restrições ao financiamento público.

Por fim, Bruce e Nascimento (2017) analisam o modelo de financiamento do Empréstimo Condicionado a Renda (ECR). O autor apresenta um trabalho onde estuda o modelo australiano e abre uma discussão sobre a possibilidade de funcionamento desse modelo no Brasil.

6 DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta a síntese dos principais resultados da investigação, estabelece comparações críticas com a literatura pertinente e interpreta os achados. Em seguida, aprecia-se a validade da pesquisa em termos de limitações e aspectos positivos. Compõem-se de quatro seções: 6.1 Políticas de Financiamento da graduação e pós-graduação; 6.2 Fontes e Modelos de Financiamento; 6.3 Características gerais do universo de estudo e; 6.4 Limitações e aspectos positivos.

Para subsidiar a discussão dessas categorias foi utilizado o referencial teórico defendidos tanto por Sguissardi (2005) e Meszaros (2008), no qual a educação superior é um bem público e que não pode ser compreendida de maneira mercantil.

O resultado da pesquisa, tanto das políticas de expansão do ensino superior, quanto a apresentação dos modelos para o financiamento, expressou que ao contrário do que se defende para esse nível de ensino, essas ações no período analisado fortaleceram tem justificado a ampliação das políticas de mercantilização e a expansão privado-mercantil, sobretudo no que concerne aos fenômenos mais recentes como a transnacionalização e a mercadorização da oferta de ensino.

6.1 POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

O período entre 2005 e 2017 se destacou no contexto das políticas de financiamento, conforme apresentado neste trabalho, nesse recorte temporal registraram-se avanços tanto no financiamento público, quanto privado. Isso foi evidenciado com o foco destinado pelos autores e que foram apresentadas nos resultados. Assim, nesta seção de discussão, pretendeu-se estabelecer a síntese do que foi discutido pelos autores à luz da literatura pertinente, focando os programas Fies, Prouni e Reuni e as políticas de financiamento relacionadas com a pós-graduação. Além de pontuar as influências de organismos internacionais nas políticas dos países como Brasil.

6.1.1 Expansão do Ensino Superior

Embora outros assuntos tenham sido contemplados nas discussões associadas à expansão do ensino superior, no quesito financiamento, o principal dilema posto e sustentando ao longo das análises foi o de que as políticas de expansão implementadas no período entre 2005 e 2017 refletiram um quadro de desequilíbrio entre as IES públicas e privadas.

Tal desequilíbrio representou-se através dos programas governamentais de financiamento Prouni, Fies e Reuni, discutidos em nove dos quatorze artigos da subcategoria

Com relação ao Prouni a principal preocupação relacionou-se com o custo e o volume dos recursos públicos envolvidos para seus fins. O Prouni é um programa governamental em que o financiamento ocorre através de isenções fiscais às IES privadas, em contrapartida à destinação de bolsas estudantis, totais ou parciais, aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos.

O programa constitui-se numa das políticas que visam reduzir o déficit de escolarização da faixa de 18 a 24 anos no país e o seu custo decorre da isenção de impostos para as instituições de ensino, conforme previsão na Lei nº 12.431/2011:

§ 1º A isenção de que trata o caput deste artigo recairá sobre o lucro nas hipóteses dos incisos I e II do caput deste artigo, e sobre a receita auferida, nas hipóteses dos incisos III e IV do caput deste artigo, decorrentes da realização de atividades de ensino superior, proveniente de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica. § 2º A Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda disciplinará o disposto neste artigo no prazo de 30 (trinta) dias. § 3º A isenção de que trata este artigo será calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas devidas. (Incluído pela Lei nº 12.431, de 2011).

Dentre os impostos previstos na legislação estão: Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e Contribuição para o Programa de Integração Social. A criação do programa foi realizada através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Em menor ou maior profundidade, Ristoff (2014), Carvalho (2006) e Carvalho (2014) discutiram o Prouni sob a perspectiva de uma ferramenta para expansão do ensino superior. Em síntese, os autores demonstraram que a ferramenta beneficiou a oferta, repercutiu na inclusão

de estudantes oriundos das camadas mais pobres, mas também foi responsável indiretamente pelo financiamento de muitas instituições privadas, sem que houvesse um controle mais rigoroso da qualidade de seus cursos.

Já em relação ao Fies, foram identificados quatro artigos que abordaram a temática na perspectiva da expansão do ensino superior. Em síntese, os artigos tiveram como centralidade a análise do volume do dispêndio do programa para os cofres públicos. Note-se que o Fies foi criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e se trata de um fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação, destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos. Posteriormente, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES) ficou estabelecido que as concessões estariam condicionadas à avaliação positiva neste sistema, o que representou um avanço, mas que ainda não garantiu a qualidade do retorno do investimento indireto realizado pelo setor público nas IES privadas.

Nesse sentido, a eficiência do programa foi muito questionada pelos autores. Borges (2005) e Amaral (2016b), em períodos distintos, afirmaram que o programa tem favorecido mais significativamente o setor empresarial que o público. Além disso, ele vem sendo um modelo de fundo de financiamento a partir de renúncia temporária de receita, onde os valores contabilizados deveriam retornar aos cofres públicos, mas, devido à elevada inadimplência, (49% dos contratos, conforme relatório do Tribunal de Contas da União, em 2015), muitas vezes atrasam ou não retornam em sua totalidade.

O ponto positivo apontado por Silva e Santos (2017) é que tanto o Prouni, quanto o Fies contribuíram com a redução da evasão escolar, sendo que dentre ambos o primeiro se mostrou ainda mais eficaz.

Em relação ao plano Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), embora em número pequeno, pode-se observar sua relação com as políticas de expansão do ensino superior do período. O programa foi instituído pelo Decreto nº 6.096 de 2007 e seu principal objetivo é garantir recursos financeiros de custeio e capital adicionais às universidades, através do cumprimento de metas pré-estabelecidas.

Com o programa Costa e colaboradores (2013) demonstraram que houve ampliação no recurso públicos para as IFES e que os gerentes das instituições beneficiadas reconheciam a importância e a magnitude dos investimentos e acreditavam na necessidade de continuidade do programa. Carvalho (2014) também reconheceu um movimento de sinergia a favor da

recuperação da infraestrutura das IFES, tanto das existentes, quanto das criadas no período, o que foi atribuído ao crescimento dos aportes de recursos do Tesouro e de recursos próprios.

Em síntese, com a análise dos artigos sobre a expansão do ensino superior, o que se observa é que no percurso desse movimento por ampliação da escolarização houve um desequilíbrio entre a oferta das IES públicas e privadas, onde estas, em números, superaram as primeiras. Ou seja, o processo de proposição das políticas governamentais ao longo desses anos vem direcionando mais esforços para viabilizar o crescimento de instituições privadas do que os dispendidos em relação às públicas.

Essa tendência pôde ser observada através da instituição do Fies em 2001 e, posteriormente, com a criação do Prouni, dois programas de financiamento do ensino privado com recursos públicos que são responsáveis por substanciais cifras do orçamento público para o ensino superior, comparado com os investimentos voltados para a educação pública.

O modelo de expansão estimulado pelas políticas implementadas atende mais fortemente aos interesses do mercado financeiro. Isso ficou evidenciado em Chaves e Amaral, 2016): “[...] Registra-se, paralelamente, forte crescimento do setor privado, passando de 2.434.650 matrículas, em 2002, para 5.867.011, em 2014, 141% de aumento, potencializado pelo financiamento às famílias, propiciado pelo Prouni e pelo Fies. ”

Mesmo com o Reuni não foi possível reduzir as disparidades entre as IES públicas e privadas, conforme mostra o censo em educação superior de 2016. Naquele ano o Brasil possuía 296 instituições de educação superior públicas contra 2.111 de natureza privadas. Estas respondem por 87,7% do total, seguida da participação das IES estaduais, com 5,1%, IES federais, com 4,4% e, finalmente, IES municipais, com 2,7%.

6.1.2 Influências de organismos internacionais no FES

O segundo tópico de assunto discutido pelos autores na categoria de políticas de financiamento do ensino superior no Brasil foi a influência que organismos internacionais representam para as decisões internas do país. Um tema de elevada importância se considerarmos que o mundo atual é regido por relações sistêmicas atreladas ao poder do capital e que tem encontrado no ensino superior um negócio de grandes retornos financeiros.

Nesse sentido, dois artigos, Leher (2005) e Lima (2011), trataram especificamente da influência que os organismos internacionais e multilaterais, especialmente das áreas de educação e finanças, têm no financiamento do ensino superior em todo o mundo e, particularmente, em países periféricos como o Brasil. Além deles, em pelo menos outros seis o assunto foi abordado de maneira assessoria: Sguissardi (2006), Bertoline (2011), Vasen (2013), Chaves e Amaral (2014), Chaves (2015), Silveira e Bianchini (2016).

De modo geral, os autores utilizaram o assunto para contextualização das relações macroeconômicas que regem as relações recentes e explicam em grande medida as razões para os rumos que as políticas educacionais têm tomado no Brasil. Os principais organismos apontados pelos autores, cada um em suas respectivas competências, são a UNESCO, o Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio (OMC). Em particular, sobre o financiamento do ensino superior, em destaque está o Banco Mundial que desde a década de 1980 apresenta documentos no sentido direcionar os países periféricos a aplicarem medidas econômico-liberais para o ensino superior.

Foram quatro documentos nos quais algumas teses são propagadas e que podem ser observadas em Sguissardi (2006):

- a. Tese do maior retorno social e individual dos investimentos em educação básica que o dos investimentos em educação superior. Exposta no documento do BM, de 1986, intitulado **Financing education in developing countries – An exploration of policy options (World Bank, 1986)**. Ela irá sofrer revisão – com reconhecimento do equívoco teóricoempírico cometido – em documento do Banco, de 2000, intitulado **Higher education in developing countries: peril and promise (World Bank, 2000)**, cuja elaboração é apresentada oficialmente como uma parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Após oito anos da publicação do documento de 1986, essa tese foi retomada no talvez mais importante documento do Banco das duas últimas décadas – **Higher education: the lessons of experience (1994)**. Nele, faz-se o elogio do Chile (de Pinochet), por ter ido muito além das sugestões do Banco. As reformas desse país, por isso, foram apontadas como exemplo para os demais países.
- b. Tese da universidade de ensino x universidade de pesquisa. O déficit público aparece como consequência também do suposto excessivo comprometimento do fundo público com o ensino superior e, especialmente, com as universidades de “modelo europeu” ou universidades de pesquisa (modelo humboldtiano). O Banco defende, de forma implícita, a universidade de ensino. Desta tese decorrem as recomendações de maior diferenciação institucional, “incluído o desenvolvimento de instituições privadas”, e a criação de incentivos “para que as instituições públicas diversifiquem as fontes de financiamento, por exemplo, a participação dos estudantes nos gastos e a estreita vinculação entre financiamento fiscal e os resultados” (World Bank, 1994, p. 4 e 29)
- c. Tese do ensino superior como bem antes privado que público

Um documento preparado pelo BM, em 1998 (**The financing and management of higher education – a status report on worldwide reforms¹³**), como contribuição para as discussões da Conferência Mundial sobre Educação Superior, organizada pela UNESCO, em Paris, nesse ano, que seria exposta uma tese complementar às duas anteriores, em especial à primeira.

(SGUISSARDI, 2006, p. 1036, grifos nossos)

Essas teses vêm sendo a justificativa para a redução do investimento público no ensino superior e o estímulo para expansão através das IES privadas. Para Bertolin (2011) as referidas teses estimulam práticas apontadas como: incentivar reformas na educação superior dos países periféricos e com isso promover a expansão da rede de ensino privada; Reduzir o valor dos financiamentos públicos; Incentivar a cobranças de mensalidades em IES públicas. As consequências da sua adoção seriam a mercantilização da educação superior e a mudança do status da educação de bem público para serviço comercial.

Tanto Lima 2011 quanto Chaves 2015 afirmam que as teses desses organismos foram seguidas pelos governos brasileiros desde o final da década de 1990 (governos de FHC, Lula e o primeiro Dilma Rousseff). Isso pode ser evidenciado com o empresariamento da educação superior, das parcerias público-privadas na educação superior e dos contratos de gestão implementados durante esse período. Mesmo nos governos de Lula e Dilma, quando registra-se o crescimento das matrículas no setor público federal, a política de expansão desse nível de ensino favoreceu o setor privado, por meio de incentivos governamentais, especialmente nos programas Prouni e Fies.

Silveira e Bianchetti (2016) mostram de que forma, no decurso dos processos de internacionalização da economia, a ideia de universidade passa a se alinhar, historicamente, aos desígnios do desenvolvimento econômico por mediação da política científico-tecnológica, sob a orientação de organismos supranacionais e intelectuais orgânicos do capital.

De modo geral, os achados revelaram que as políticas de financiamento do ensino superior no Brasil não estão isoladas do contexto macroeconômico da sociedade global competitiva. Onde muitos países diante de dificuldades estruturais e econômicas, e inseridos nos processos de internacionalização da economia buscam seguir as diretrizes propostas por seus credores. Assim, esses organismos têm proposto aos países que mantenham políticas de cunho liberal e reduzam a participação do Estado nas áreas sociais, incluindo educação. Conforme vimos com Sguissardi (2006), as teses levantadas por eles e direcionadas ao ensino superior vão justamente nesse sentido.

O principal organismo citado pelos autores foi o Banco Mundial³. A instituição tem sua importância marcada tanto pelo volume de empréstimos realizado aos países membros como também pelo seu caráter estratégico assumido após sua criação. Conforme afirma Soares (2007):

[...] A importância do Banco Mundial hoje deve-se não apenas ao volume de seus empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural. (SOARES, 2007, p. 15).

É mister destacar o caráter neoliberal que esses organismos apresentam através das diretrizes propostas por eles, as quais objetivam a ampliação da esfera privada em contraposição aos avanços dos direitos sociais. Uma prática que tem encontrado campo fértil para o financiamento do ensino superior brasileiro.

6.1.3 Financiamento da pós-graduação

O financiamento da pós-graduação não foi o foco da maioria dos trabalhos encontrados nesta revisão. Foram apenas quatro artigos identificados sobre o assunto que acrescentaram contribuições para compreensão da relação financiamento x pesquisa.

Os principais assuntos presentes foram: os dilemas envolvendo mudanças no modelo de financiamento da Capes com intuito de fomentar a formação inicial e continuada de professores da educação básica (DOTTA, 2014); estudo de caso sobre a eficiência do Programa de Fomento à Pós-Graduação, Moreira, Silveira, Ferreira e Cunha (2010); o aumento expressivo de instituições privadas e, particularmente, a proliferação de cursos lato sensu, entre eles, os cursos corporativos oferecidos por instituições públicas, Fonseca e Fonseca (2016); e problematização da relação entre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e seus desdobramentos político, econômico e financeiro, Azevedo, Oliveira e Catani (2016) .

Antes de se discutir o conteúdo abordado pelos autores, importante se faz a compreensão do contexto em que se encontra a pós-graduação no país e como ela tem sido financiada nos últimos anos, para a partir daí entendermos como surgem os dilemas que marcam o período de

³ O Banco Mundial foi fundado no ano de 1944, vinculado ao FMI (Fundo Monetário Internacional) através da Conferência de Bretton Woods.

análise.

De acordo com Dotta (2014), o marco principal para a institucionalização do Sistema Nacional de pós-graduação foi o Parecer nº 977 do Conselho Federal de Educação, elaborado em 1965. O SNPG é integrado por cursos e programas de pós-graduação avaliados e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Em pouco mais de meio século, houve expressiva expansão da pós-graduação que, conforme Azevedo, Oliveira e Catani (2016) com base nos dados do Geocapes, dimensiona a evolução histórica desse nível de ensino da seguinte forma: em 1965, havia 27 mestrados e 11 doutorados; em 1975, 429 mestrados e 149 doutorados. Já em 2014, estava constituído por 5.537 cursos de pós-graduação, dos quais, 1.905 doutorados, 3.105 mestrados e 527 mestrados profissionais.

Nesse contexto, fica evidente a importância e o papel das agências financiadoras de pesquisa como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e as Fundações Estaduais de Amparo às Pesquisas (FAPs), as quais tem um papel importante no financiamento da pós-graduação e das pesquisas no país. Estas têm recursos aplicados no restabelecimento da infraestrutura de pesquisa e na criação e consolidação de cursos de pós-graduação, seja em IES públicas ou particulares.

A Capes, por exemplo é responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação. Os dados da dotação e execução orçamentária para o fomento da pós-graduação pública e privada de destinação da Capes no período de 2005-2017 disponibilizados no site da instituição demonstram que a evolução orçamentária salta de 671 milhões de reais em 2005 para 4.682 bilhões de reais em 2017, o que representa um crescimento de quase 600% em 12 anos, justificado em grande parte pela inclusão nas suas atividades do fomento da formação inicial e continuada de professores da educação básica, a partir de 2007.

É justamente no contexto de como foi a expansão da pós-graduação e suas consequências que os dilemas apresentados pelos autores foram permeados. Azevedo, Catani e Oliveira (2016) fundamentaram críticas sobre a mudança das atividades da Capes, que passou a induzir e fomentar a formação inicial e continuada de professores com objetivo de melhorar a educação do nível básico.

Para os autores, essa alteração que por um lado provocou expressivo crescimento orçamentário da pós-graduação, por outro, limitou o financiamento a medianas de matriculados

em mestrado e doutorado. Isso em função sobretudo da nova metodologia de distribuição de verbas de custeio por intermédio do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP) e do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

Outro aspecto abordado relacionado ao financiamento da pós-graduação foi a proliferação de cursos *lato sensu* geradores de receitas adicionais, tanto nas instituições privadas como na esfera pública. Para Moraes (2010), esse processo é o efeito da contração do financiamento estatal para o ensino superior, uma circunstância que contribuiu para que a oferta de cursos por instituições privadas suprisse as demandas imediatas do mercado, gerando um viés privatizante nessas instituições e ferindo o princípio da gratuidade do ensino superior público.

6.1.4 Os desafios do PNE 2014 – 2024

Dois artigos focaram o contexto do PNE 2014-2024, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Os dilemas giraram em torno dos desafios para garantir a aprovação e posterior cumprimento das metas, em especial a meta 20, sobre a vinculação de receitas de impostos para educação, além das recentes alterações legais que ameaçam o seu cumprimento.

Chaves e Amaral (2014) discutiram a política de financiamento da educação superior pública brasileira presente no I Plano Nacional de Educação (PNE) pós Constituição Federal de 1988 e a proposta contida no Projeto de Lei nº 8.035/2010. Para os autores:

O primeiro Plano Nacional de Educação, que vigorou de janeiro de 2001 a janeiro de 2011, não estabeleceu uma meta que efetivasse a elevação dos recursos financeiros aplicados em educação como um percentual do PIB – a proposta encaminhada ao Congresso Nacional previa atingir 10% do Produto Interno Bruto (PIB), o parlamento aprovou 7% do PIB, o Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) vetou essa meta e no período do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) o veto não foi discutido. (CHAVES; AMARAL, 2014, p. 49)

O artigo também fez referência às influências que os organismos internacionais tiveram na elaboração do PNE. Para os autores, o Plano se estabelece no contexto após períodos de ditadura militar do Brasil, quando os governantes iniciaram a implantação de políticas presentes em orientações de organismos multilaterais, como o Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Como consequência das ideias propagadas por essas instituições, em especial o Banco Mundial, na educação superior cresceu a pregação em favor do eficientismo, da competição

entre as instituições, da implantação de um gerenciamento acadêmico/ administrativo que segue padrões de empresas privadas, e da procura por fontes alternativas de financiamento junto ao mercado, em especial a partir da proliferação das fundações, que completassem, nas instituições públicas, as do fundo público. Note-se que pelo fato dos países como o Brasil dependerem de recursos financeiros internacionais dessas instituições as orientações findam por ter caráter de obrigatoriedade.

Amaral (2016b) analisou o financiamento no contexto do novo Plano Nacional de Educação (PNE I) e realizou comparações com diversos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). No artigo, assim como no primeiro registra-se a preocupação com a garantia da destinação do PIB para o financiamento da educação.

O PNE de 2014-2024 tem entre suas metas (12) elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014). No entanto, passados quase metade do período de sua vigência, a realidade ainda continua inalterada e sem perspectivas de melhoras face ao cenário político-econômico que se desenhou pós aprovação da emenda constitucional nº 95, de 2016, cujo regime fiscal impõe um teto aos gastos públicos.

Segundo Amaral 2016, quando da análise do então projeto de emenda Constitucional 241/55, que se transformou na supracitada emenda 95, a alteração legal inviabiliza o cumprimento do PNE:

[...] Condição imposta pela PEC 241 de limitar a elevação do orçamento do Poder Executivo e, conseqüentemente o do MEC, considerando que este não conseguirá variações maiores que a do IPCA do ano anterior, impede até mesmo que, na possibilidade remota de existência de recursos fiscais novos como, por exemplo, oriundos do royalties do petróleo (LIMA, 2013), da implantação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), do Imposto sobre Herança (IH) (PIKETTY, 2014) etc., estes novos recursos não poderiam ser incorporados às despesas primárias associadas à educação pois o acréscimo desses recursos financeiros poderia causar uma extrapolação da barreira imposto pelo IPCA. (Amaral, 2016, p. 661).

Os argumentos apresentados pela literatura do período em análise demonstraram que houve movimento positivo para o financiamento da expansão do ensino superior. Contudo, as fragilidades não permitiram que fossem corrigidas as disparidades entre as instituições privadas e públicas. Mais do que isso, com as últimas ações governamentais, a exemplo da aprovação da

Emenda Constitucional 95 de 2016, o cenário que se desenha é pessimista para as instituições públicas que, apesar de sua importância social, não foi foco do investimento em expansão. Acredita-se que a alteração dessa realidade demandará fatores como mobilização social, sensibilização política e, sobretudo, mudança econômica no país que permita a alteração da crise fiscal que perdura ao longo dos últimos anos.

6.2 FONTES E MODELOS DE FINANCIAMENTO

Com o sistema de financiamento do ensino superior do país, onde vigoram mecanismos (legislações, políticas, convênios, parcerias...) que imbricam recursos públicos e privados para manutenção de instituições de diferentes naturezas, não há que se falar num modelo único para o FES, mas sim um sistema múltiplo e consoante com as demandas e transformações da sociedade atual.

Assim, diante dessa complexidade e das tensões que envolvem poderes político-econômicos, as discussões e as repercussões relacionadas ao tema foram analisadas nesta categoria a partir dos já referidos trinta artigos. Nesses trabalhos, além dos textos que discorriam sobre o sistema brasileiro de financiamento do ensino superior, foram selecionados alguns estudos destinados à apresentação de alguns modelos de financiamento e de experiências internacionais. Os temas presentes foram a mercantilização do ensino superior, o financiamento das IES públicas e privadas, e os estudos dos modelos das experiências internacionais, contexto da América Latina e Caribe: casos dos modelos Chileno, Argentino, Venezuelano e Colombiano, contexto dos BRICs, caso britânico e os Empréstimos Condicionados à Renda (ECRs).

6.2.1 Mercantilização do ensino superior

O primeiro tópico apresentado nesta categoria não necessariamente constitui um modelo de financiamento, mas sim processo que tem influenciado nas escolhas sobre as formas de financiamento das instituições em grande parte dos países. Em síntese, a maioria dos trabalhos aqui selecionados apresentaram o tema da mercantilização a partir de um ponto de vista crítico. Demonstraram preocupação quanto à magnitude e rapidez com que o mercado tem se

apropriado da educação superior para obtenção de lucros, a despeito de cuidados com valores sociais e éticos próprios da educação. Contudo, alguns estudos apresentam a mercantilização como um processo natural e condizente com as transformações do mundo globalizado e das relações educacionais transnacionais.

Dentre os que direcionaram críticas e se mostraram contrários ao decurso do processo de mercantilização estiveram Sguissardi (2005), Bertolin (2009 e 2011), Silva (2012), Pinto (2016) e Silveira e Bianchetti (2016). Os autores identificam que decorrente da nova concepção de economia, muitos direitos ou serviços públicos identificados até então como bem público e ofertados pelo Estado passam a serem tratados como privado/mercantil. Essa alteração para os autores parte da crise do Estado do Bem-estar Social, em meados no século passado na Europa, e que vem gradativamente repercutindo nos países periféricos como Brasil. Esses autores se alinham no entendimento de que o fenômeno da mercantilização surge no sentido de redirecionar os fins e os meios da educação para a lógica do mercado, trazendo como consequência a perda do status de bem público para a condição de serviço comercial.

Para alguns dos autores, a mercantilização tem sido motivada, em parte, pelas manobras que organismos internacionais e multilaterais (Banco Mundial, Unesco, OMC) promovem junto aos governos de diversos países, com Brasil. Conforme Bertolin (2011), essas instituições incentivam reformas na educação superior que buscam “a expansão das redes de instituições privadas, a redução dos financiamentos públicos, a cobrança de mensalidades e a competição no provimento de serviços educacionais”. Sendo assim, o fenômeno da mercantilização surge no sentido de redirecionar os fins e os meios da educação para a lógica do mercado, trazendo como consequência a perda do status de bem público para a condição de serviço comercial.

Embora alguns autores como Barros et al. (2007) argumentem que a mercantilização do ensino superior é um processo natural, pois o ensino superior não pode ser considerado um bem público, em função de: (a) o custo adicional por um indivíduo a mais se beneficiar deste bem é zero, e (b) é muito difícil, senão impossível, excluir uma pessoa que esteja interessada em se beneficiar deste bem. Conforme apresentado na revisão teórica, a educação não deve ser um instrumento a serviço do capital, mas sim um caminho pelo qual se possa transformar a relação entre o capital e o trabalho.

Além disso, Bertolin (2009) afirma que a educação superior pode criar alternativas para melhorar a educação e auxiliar no desenvolvimento da sociedade, especialmente na sociedade brasileira, em função sobretudo das chamadas externalidades, difíceis de serem dimensionadas

dada a capilaridade e o alcance que elas apresentam em todos os âmbitos da sociedade.

Nas Universidades públicas, como efeito, as proposições da mercantilização se estabelecem através da redução dos investimentos públicos e com o incentivo à geração de receitas próprias. Há ainda apelo para a ampliação dos convênios entre essas instituições e empresas privadas, no sentido de captação de recursos. Sobre isso, Silva (2012) fez críticas aos argumentos de defesa à participação de empresas nas universidades. Ele pontua os indícios de que no meio acadêmico esse incentivo tem unicamente o propósito de aumentar os recursos públicos destinados às pesquisas acadêmicas. Mesmo que não haja, por parte das empresas, qualquer interesse em relação à universidade.

Silveira e Bianchetti (2016) afirma ainda que as transformações das universidades brasileiras em relação à configuração institucional, ao financiamento, à gestão e à produção do conhecimento no decurso dos processos de internacionalização da economia, conduziram as universidades a se alinhar aos desígnios do desenvolvimento econômico por mediação da política científico-tecnológica, sob a orientação de organismos supranacionais e intelectuais orgânicos do capital. Um dos efeitos desse processo é, portanto, o empresariamento da educação.

Em se tratando das Universidades, mais ainda deve-se ponderar sobre essa tendência, pois estas instituições tem um caráter social que não pode estar subordinado lateralmente aos interesses puramente financeiros. Conforme afirma Chauí (2003), a universidade constitui-se numa instituição social que exprime de maneira diferenciada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade.

Sendo ela uma instituição social, “tem uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela”. Assim, a mercantilização põe em risco essa multissecular identidade universitária.

6.2.2 Financiamento das IES (públicas e privadas)

Neste grupo de artigos reuniram-se oito trabalhos que trataram o financiamento das IES públicas e privadas. A principal discussão foram as dificuldades de custeio e manutenção que as instituições públicas têm apresentado no período. Convergiram sobre tal assunto: Velloso

(2005), que discutiu a geração de receitas próprias nas Universidade de Brasília, Amaral (2008), discutindo o financiamento das IFES e os consequentes desafios existentes neste campo; De Melo Junior e Reis (2014) que apresentou o processo de subfinanciamento das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) do Estado do Pará.

Já os dilemas relativos ao financiamento de instituições privadas foram tratados em Morosini e Franco (2006) que discutiu a expansão das chamadas Universidades Comunitárias. Alves e Pimenta-Bueno (2014) que discutiram a combinação dos recursos de fomento federais e estaduais no sentido de financiar a infraestrutura montada nas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) no Brasil, além de Corbucci, Kubota e Meira (2016) que apresentaram um breve relato da evolução histórica da educação superior privada no Brasil, desde o final da década de 1960 até os dias atuais.

Além desses, Amaral e Pinto (2010) fizeram uma análise comparativa do quesito eficiência entre as IES de naturezas diferente nos setores público e privado e concluíram que é mitológica a afirmação que as IES privadas são mais eficientes que as IES públicas na formação de um aluno de graduação.

Com base no resultado dos trabalhos verificou-se uma maior preocupação com o financiamento das IES Públicas Federais. Tendo apenas um estudo de caso sobre o financiamento das Instituições Estaduais (Pará) e nenhum trabalho discutindo o financiamento das municipais.

Atualmente as IES podem ser classificadas quanto à natureza (Públicas ou Privadas), à categoria administrativa (Federais, Estaduais ou Municipais) e à Organização Acadêmica (Universidade, Centro Universitário, Faculdade e IF e Cefet). E, de acordo com o último censo de educação superior de 2016, das 2.407 instituições de ensino superior no país, 296 são públicas e 2.111 são privadas.

As públicas, se dividem quanto à categoria administrativa em: 107 federais, 123 estaduais e 66 municipais. E quanto à organização acadêmica em: 197 Universidades, 166 Centro Universitários, 2.004 Faculdades e 40 IFs e Cefet. Embora para as instituições públicas os três níveis administrativos reservem dificuldades em seu financiamento, cada um deles tem suas particularidades de acordo com a realidade fiscal de cada unidade federativa.

Assim, a discussão trazida por Velloso (2005) retrata especificamente a situação do financiamento das universidades públicas, as quais possuem autonomia financeira e orçamentária que as permitem a geração de receitas próprias, ou seja, geração de receitas através

de oferta de serviços, atividades de extensão, aluguel de espaços, ou realização de convênios entre outros. Essa geração de receitas próprias que foi apontada pelo autor como pouco efetiva para contribuir com o custeio das atividades das instituições, tem sido uma das sugestões recorrentes apresentadas como solução para o problema das limitações orçamentárias dessas instituições.

Amaral (2008) afirma que a busca de recursos no mercado para financiamento das IFES deveu-se à combinação de diversos fatores, dentre os quais estão a indefinição de percentuais de recursos para a manutenção e desenvolvimento das instituições; a utilização de critérios empresariais para a alocação de recursos; a objetividade matemática na determinação do quadro técnico administrativo e docente; e a sinalização da ida ao mercado à procura de recursos complementares, entre outras, fizeram com que essas discussões não prosperassem.

O fato é que a dificuldade de custeio das Universidades está mais relacionada ao nível de priorização que essa instituição tem recebido na arena das políticas públicas do que propriamente à limitação orçamentária do Estado. Se analisarmos os orçamentos dos anos de 2016 e 2017 será possível perceber que o foco da destinação dos recursos não foram as instituições federais de ensino, mas sim os programas de transferência de recursos públicos para instituições privadas.

Enquanto as IES públicas têm sofrido com dificuldades de financiamento, os recursos públicos destinados as privadas tem ido na contramão dessa tendência, conforme apontam Corbucci, Kubota e Meira (2016):

O boom expansionista do setor privado ocorreu no período 1997-2003, quando então houve crescimento de 132% das matrículas em cursos de graduação presenciais. O crescimento anual das matrículas nesse período oscilou entre 11,4% e 17,5%. De modo semelhante, o número de instituições privadas ampliou-se de 764 IES em 1998, para 1.789 IES, em 2004. Portanto, aumento de 160%, ou seja, maior que o crescimento relativo às matrículas. (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016, p. 09).

Essa realidade de priorização tende a manter inalterado o desequilíbrio entre as instituições e por consequência distancia ainda mais o cumprimento da meta 12 do PNE, além de pôr em questionamento as alegações quanto a dificuldade orçamentária para o custeio do ensino superior público.

6.2.3 Estudos de experiências internacionais

Neste grupo foram selecionados trabalhos que abordaram alguns estudos sobre experiências internacionais de financiamento do ensino superior. Com variados conteúdos e a maioria no contexto da América Latina, registraram-se artigos referentes aos modelos Chileno, Argentino, Mexicano, Venezuelano e Colombiano. Além de estudos comparativos dos países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia e China e África do Sul) e o modelo dos Empréstimos Condicionados à Renda (ECRs), adotado pela Austrália.

Em comum os autores discutiram o contexto econômico e político que impulsionou as discussões sobre os modelos de financiamento nesses países considerando como centrais as transformações políticas ligadas ao ajuste fiscal e às recentes tendências neoliberais entre os países da América Latina. O caso mais emblemático discutido foi o do Chile, país que implementou uma agenda liberal durante o regime ditatorial entre os anos 60 e 80 e, em consequência, realizou uma ampla reforma no modelo de financiamento do ensino superior, conforme apresenta Donoso-Díaz (2005):

Até 1980, o Estado sustentava, praticamente em sua totalidade, as oito universidades do sistema, mediante a aplicação do “modelo de subsídio para a oferta”, o qual se caracterizava pela provisão de montantes fixos às unidades educacionais, independentemente do total de alunos matriculados [...].

[...] As mudanças (DFL N° 4/1980) dividiram o aporte financeiro total basicamente em dois instrumentos – Aporte Fiscal Direto (AFD), que recebe as 25 universidades do Conselho de Reitores, e Aporte Fiscal Indireto (AFI), que recebe qualquer instituição de educação superior, de acordo com o número de alunos matriculados em meio dos 27.500 melhores pontos registrados nas provas do sistema de seleção. (DONOSO-DÍAZ, 2005, p. 57).

Com essas transformações no sistema universitário chileno as instituições foram agrupadas em dois conjuntos que implicaram diferentes opções de financiamento. De um lado, o grupo do Conselho de Reitores, onde se encontram as instituições mais antigas e de maior tradição (16 estaduais e 9 particulares), que recebem a maior parte do financiamento estatal; de outro lado, o grupo chamado de “extra conselho” que inclui as universidades privadas, criadas a partir de 1981, e que têm acesso a fundos públicos específicos.

À contramão dos autores que criticaram o atual modelo de financiamento Chileno, Gutiérrez (2012) apresentou uma proposta de alteração do sistema colombiano de um regime totalmente estatal para um modelo misto. No atual modelo de financiamento da Colômbia as universidades públicas pertencem ao Sistema Estatal de Universitário, que conta com 32

instituições mantidas com recursos governamentais.

A autora propõe, no entanto, que nas IES governamentais o ensino passe a ser pago e os estudantes tenham acesso a um tipo crédito, o qual cobriria o financiamento de despesas acadêmicas, cujo pagamento seria contingente à sua renda futura. Esse crédito seria estabelecido a partir do subsídio estatal concedido para os alunos e os alunos em cada Universidade.

De acordo com Gutiérrez (2012), a proposta cria as condições para que as universidades tenham recursos adicionais, sem substituir ou reduzir já destinados pelo Estado. Para tanto, o valor do crédito leva em consideração a estimativa do rendimento dos diplomados e graduados de acordo com o ciclo de vida produtivo, e a estimativa da capacidade de pagamento dos licenciados e licenciados e prestações de crédito.

No mesmo sentido dos debates internos sobre financiamento da Colômbia, os Empréstimos Condicionados à Renda (ECRs⁴) foram discutidos por Chapman e Nascimento (2017). Os autores analisaram o modelo australiano, examinando e comparando as características gerais entre eles e os empréstimos garantidos pelo governo (EGG), discutindo também os pós e contras dos ECRs funcionarem no Brasil.

De acordo com Chapman e Nascimento (2017) o mais bem-sucedido país a utilizar esse modelo foi a Austrália a partir de 1989. Lá o modelo está bastante consolidado e tem como característica central e o fato de que:

[...] em vez de pagar anuidades enquanto estudam, todos os estudantes de instituições públicas podem optar por um financiamento, a ser pago se e somente quando suas rendas pessoais pós-formatura excederem cerca de \$ (A) 57.000 por ano (aproximadamente US\$ 43.000), valor bastante próximo ao salário inicial médio para egressos do ensino superior. [...] (CHAPMAN; NASCIMENTO, 2017, p. 33).

Essas anuidades pagas pelos alunos são um mecanismo para complementar (em vez de suprimir) os gastos governamentais com educação superior e cobrem cerca de 35% dos dispêndios anuais com ensino superior público.

Portanto, a discussão no Brasil seria em conhecer os limites e possibilidades de transformar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) no modelo de ECR; além disso,

⁴ ECRs são um modelo de empréstimos direcionados aos estudantes, seja de instituições públicas (nos quais cobrança de mensalidades) ou privadas, ao longo do período em que durarem seus estudos e que são pagos apenas quando o estudante inicia sua vida profissional com geração de renda.

introduzir essa sistemática de financiamento compartilhado também em estabelecimentos públicos e, por fim, utilizar esses mecanismos para expandir o crédito destinado ao financiamento do custo de vida durante os períodos de estudos.

Ao considerar as formas de financiamento do ensino que tem se desenhado e colocadas como referências para muitos países, é oportuno compreender que elas são fruto da chamada “descapitalização da Universidade Pública”. Esse fenômeno global foi muito bem discutido por Santos (2010). De acordo com este autor, embora se trate de um fenômeno global, os efeitos são diferentes em cada país, de acordo com a situação em que estes se encontram. Nos países centrais, a descapitalização ocorreu de forma a não apresentar grandes prejuízos para a sociedade, pois nesses países já haviam investido suficientemente nas instituições públicas e com isso criaram-se condições para que com a alteração no modelo de financiamento a o efeito social não fosse negativo, conforme pontua:

Na Europa onde, com exceção da Inglaterra, o sistema universitário é quase totalmente público, a universidade pública tem tido, em geral poder para reduzir o âmbito da descapitalização ao mesmo tempo em que tem desenvolvido a capacidade para gerar receitas próprias através do mercado. (SANTOS, 2010, p. 17).

Já nos países periféricos ou semiperiféricos, especialmente no caso do Brasil, a necessidade de massificação da educação superior ainda é muito forte, ONDE a demanda pelo acesso ao ensino superior é substancialmente elevada, face aos baixos índices de escolarização. Portanto, no Brasil os modelos de cobranças em Universidades públicas não contribuiriam para democratização da educação.

6.3 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO UNIVERSO DE ESTUDO

Com relação às características gerais do universo de estudo verificou-se, de início, a incipiência da produção científica na área que ao longo de 13 anos conta com apenas 52 trabalhos selecionados. Aqui não é possível afirmar categoricamente as causas da baixa produção, pois não foram objeto da pesquisa. No plano temporal, os trabalhos foram distribuídos quase que uniformemente ao longo dos anos, até 5 publicações por ano, exceto nos anos de 2005 e 2016, quando respectivamente registraram-se 7 e 12 publicações.

O período contemplado no estudo e o contexto sociopolítico do ensino superior foi de

muitas mudanças, entre políticas de cotas, expansão e interiorização das universidades públicas, políticas de assistência estudantil, intercâmbios e todas essas ações exigiram do governo um aporte financeiro equivalente. Conforme se verificou no capítulo II, o percentual do Investimento Público Total em Educação em Relação ao Produto Interno Bruto (PIB) ao longo desses doze anos, passa de 0,7% em 2005 para 1,3% em 2015. No entanto, a partir de 2015 o país presenciou um processo de crise econômica e fiscal do qual decorreram consequências na mudança no perfil estratégico assumido pelo novo governo quanto ao financiamento do ensino superior. Desde então, se fortaleceu na agenda do governo as discussões em torno da crise econômica, ajuste fiscal, redução de gastos públicos, especialmente nas áreas sociais como saúde e educação.

Se por um lado o financiamento do ensino superior no âmbito acadêmico tem sido pouco debatido, em outros espaços sociais, como institutos de pesquisa, tem se buscado fazê-lo, como demonstraram os resultados prévios nas bases de dados do catálogo da Unesco e as publicações do Ipea.

6.4 LIMITAÇÕES E ASPECTOS POSITIVOS

As principais limitações do estudo se referem às limitações das bases de dados. Conforme apresentado no capítulo da metodologia, algumas bases de dados previamente selecionadas apresentaram muitos trabalhos vinculados ao descritor selecionado, mas quando da análise dos resumos a grande maioria não apresentavam pertinência temática. Por fim, muito do que se tem debatido sobre financiamento do ensino superior tem sido publicado na língua inglesa e espanhola. Assim, a restrição a artigos para os resumos em português limitou o acesso a publicações que poderiam ter contribuído, ainda mais, para o debate.

Por outro lado, com a revisão foi possível construir a sistematização e atualização de um conjunto de informações acerca da produção científica brasileira sobre o financiamento da educação superior. Assim como, a partir da identificação de categorias temáticas e assuntos correlatos a cada uma delas, foi possível abrir um leque para que novas pesquisas possam focar e aprofundar conhecimentos sobre a temática.

7 CONCLUSÃO

Em tempos de financeirização e da transnacionalização da economia, o financiamento do ensino superior mundialmente tem gerado muitos embates. O potencial de lucro para a oferta do ensino superior foi incorporado ao campo dos negócios e parece não estar encontrando limites.

Acentuado pelo contexto de privatizações como medida capaz de reduzir os gastos estatais e, ao mesmo tempo, garantir o pagamento da dívida pública no preceito do “equilíbrio fiscal”, a educação tem sido incluída como serviço comercializável e sujeita a condições de competição. Assim, o processo de expansão e privatização da educação superior se insere nas novas estratégias de acumulação de capital no setor educacional, por meio do mercado de capitais (AMARAL; CHAVES, 2016, p. 53)

Diante das demandas por expansão desse nível de ensino no país evidenciadas nas últimas décadas e do volume de recursos públicos e privados que transitam nessa área o interesse dos pesquisadores parece não acompanhar o mesmo ritmo.

O maior efeito disso é que as principais teorias orientadoras das políticas públicas são construídas fora do ambiente acadêmico. Ou seja, as diretrizes as essas políticas desse nível de ensino têm partido de instituições como Banco Mundial, por exemplo. Portanto, é oportuno elevar os debates sobre o assunto, no sentido de construir e ampliar um sólido referencial teórico, capaz de enfatizar o papel do ensino superior público enquanto responsável pelo desenvolvimento social.

Com a análise dos trabalhos selecionados e com o número limitado de publicações sobre o assunto pode-se inferir que ampliar esse debate sobre o FES no ambiente científico e acadêmico ainda se constitui como um grande desafio.

Destarte, a título de conclusão e com base nas três perspectivas elencadas nos objetivos desta dissertação (ano de publicação, veículo e categorias temáticas), temos:

Quanto ao ano de publicação, a distribuição foi equilibrada ao longo dos 13 anos analisados, com ligeira concentração nos anos de 2012 e 2016. Embora, ainda em número pequeno, já se percebe uma tendência a partir de 2015 no aumento dos debates sobre o assunto, especialmente observando o crescimento do número de artigos entre 2016 e 2017.

Quanto aos veículos de publicação, há concentração na área de educação com alguns

periódicos se destacando nesse tema, conforme já havia sido identificado em estudos de revisão anteriores (GOMES; CARNIELLI; JESUS; LEAL, 2007). Os periódicos “Em Aberto” e Ipea obtiveram o maior número relativo de publicações (9,5% e 8,5% respectivamente).

Quanto ao conteúdo, no recorte temporal da análise e a partir da categorização temática, a revisão apontou que nos anos mais recentes as investigações acerca do financiamento do ensino superior passaram a focar as políticas públicas de expansão em resposta imediata à grande demanda por acesso ao ensino superior no país.

Os estudos de experiências internacionais evidenciaram dilemas muito parecidos aos identificados na realidade local, tais como crise fiscal, redução do papel do Estado no financiamento das áreas sociais, tendências a mercantilização do ensino e descapitalização das instituições públicas.

Em comum entre os estudos sobre o FES, verificou-se a busca pela compreensão dos desdobramentos e impasses para esse processo de expansão, além debaterem de que maneira o financiamento no país deve ser praticado, considerando o que tem sido foco nos debates sobre alguns países. As discussões que apresentam os dilemas nos quais o FES encontra-se envolvido, relacionam-se com complexa definição dos limites entre o financiamento público e privado nas IES brasileiras.

No âmbito local, frente às radicais mudanças no cenário político brasileiro, da crise fiscal cada vez mais acentuada e da grande disputa por recursos do fundo público federal, assunto do financiamento do ensino superior exige grande atenção governamental e merece equivalente correspondência nos debates acadêmicos e científicos, com fins à expansão e qualificação dessas publicações.

Assim, propõe-se que sejam ampliados os debates sobre o FES com o objetivo de maior aprofundamento nos assuntos relacionados às duas categorias temáticas apresentadas nesta pesquisa. Em especial, aponta-se a necessidade de mais estudos visando explicitar as particularidades realidade socioeconômica e históricas do Brasil em sua trajetória de financiamento público para o ensino superior, diante dos modelos e estratégias que vem se desenhando nos últimos anos. Oferecendo aos governantes brasileiros subsídios na elaboração e/ou qualificação das políticas de financiamento do país.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2019.
- ALVES, Alex da Silva; PIMENTA-BUENO, José-Antônio. Uma análise exploratória do financiamento público à interação universidade-empresa no Brasil. **Production**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 898-910, Dec. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132014000400014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2019.
- AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000300003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2019.
- AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **RBPAAE**, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 653-673, set./dez. 2016a.
- AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do BRICS. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 717-736, set. 2016b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782016000300717&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 ago. 2019.
- AMARAL, Nelson Cardoso; PINTO, José Marcelino de Rezende. O financiamento das IES brasileiras em 2005: recursos públicos, privados e custo do aluno. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 30, p. 51-70, jul./dez. 2010.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil. **RIESup**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 86-102, jul./set. 2015.
- AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes. O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento. **RBPAAE**, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 783-803, set./dez. 2016.
- BARROS, Ricardo et al. Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem, para quem?). **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 76-99, set./dez. 2007.
- BERTOLIN, Julio Cesar G. A mercantilização da educação superior: uma trajetória do bem público a serviço comercial. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 191-211, set./dez. 2009.

BERTOLIN, Julio Cesar G. Os quase-mercados na educação superior: dos improváveis mercados perfeitamente competitivos à imprescindível regulação do Estado. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 237-248, mai./ago. 2011.

BORGES, Duscelino Pereira. A expansão do ensino superior público no Brasil e a questão do financiamento no período 1995-2002: o caso da Universidade de Brasília. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 743-744, set./dez. 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n. 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Decreto n. 7.233 de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7233.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRITO, Renato de Oliveira; LOUZADA, Fernando C. M. Gasto ou investimento: o que é o financiamento da educação superior no Brasil?. **RFAED**, Cáceres, v. 7, n. 11, p. 11-22, jan./jun. 2009.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Prouni no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 54, p. 761-776, set. 2013.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; AMARAL, Nelson Cardoso do. O

financiamento público da educação superior brasileira: mudanças e desafios. **RBPAE**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 221-241, jul./dez. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/25440>. Acesso em: 22 jun. 2019.

CHAPMAN, Bruce; NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M. Financiamento do ensino superior: as vantagens dos empréstimos com amortizações contingentes à renda (ECR). **Radar**, Brasília, n. 49, p. 33-,37 fev. 2017.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de financiamento da educação superior – análise dos Planos Nacionais de Educação pós-constituição/1988. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 1, p. 43-55, mai. 2014.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. Política de expansão da educação superior no Brasil - o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, p. 49-72, out./dez. 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues; MACHADO, Nabiha Haddad Simões. Política de Financiamento da Educação Superior Brasileira: Um Balanço Crítico da Produção Escrita no Período de 1996 a 2009. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 36, n. 1, p. 101-118, jan./jun. 2011.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Política de financiamento e a expansão da educação superior no Brasil: o público e o privado em questão. **ETD**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 427-441, mai./ago. 2015.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Cláudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa. Evolução da educação superior privada no Brasil: da Reforma Universitária de 1968 à década de 2010. **Radar**, Brasília, v. 46, p. 5-12, ago. 2016.

COSTA, Danilo de Melo; COSTA, Alexandre Marino; BARBOSA, Francisco Vidal. Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o Reuni e as perspectivas para o Reuni 2. **GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, jan. 2013.

COSTA, Danilo de Melo; COSTA, Alexandre Marino; MELO, Pedro Antônio de. A retroalimentação da educação superior no Brasil. **Pretexto**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 61-84, abr./jun. 2011.

COSTA, Danielle Dias da; Ferreira, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

CUNHA, Luiz Antônio. O Desenvolvimento Meandroso da Educação Brasileira entre o

- Estado e o Mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007.
- DONOSO DIAZ, Sebastián. A reforma neoliberal da educação superior no Chile em 1981. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 53-64, fev. 2005.
- DONOSO DIAZ, Sebastián. Políticas e instrumentos de financiación de estudios universitarios: encrucijadas para el diseño de sistemas de financiamiento sustentables. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 359-392, set. 2008.
- DONOSO DIAZ, Sebastián. Economía política del financiamiento de los estudios universitarios en Chile (1980-2010): debate de sus fundamentos. **Innovar**, Bogotá, v. 19, supl. 1, p. 141-155, Dec. 2009.
- DONOSO, Sebastián D.; SCHMAL, Rodolfo S.; RUIZ, Reinaldo V. Sustentabilidad del modelo de financiamiento de los estudios universitarios en Chile y cambios que se vislumbran: posiciones sobre el tema. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 2005.
- DOTTA, Alexandre Godoy. A estrutura e o financiamento da pós-graduação no Brasil no contexto do desenvolvimento do serviço público de educação. **A&C**, Belo Horizonte, v. 14, n. 56, p. 229-245, abr./jun. 2014.
- FONSECA, Marília; FONSECA, Dirce Mendes da. A gestão acadêmica da pós-graduação lato sensu: o papel do coordenador para a qualidade dos cursos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 151-64, jan./mar. 2016.
- GARCIA-GUADILLA, Carmen. Polarización y tensiones en la educación superior venezolana. **Rev. Iberoam. Educ. Super.**, México, v. 3, n. 7, p. 3-22, may. 2012.
- GEMAQUE, Rosana. M. de O.; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Perfil da Expansão no Setor Público e Privado e Financiamento da Educação Superior Brasileira pós-LDB. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 30, p. 71-91, jul./dez. 2010.
- GOMES, Cândido Alberto; CARNIELLI, Beatrice Laura; JESUS, Wellington Ferreira de; LEAL, Helder Bueno. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. **RBPAE**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 29-52, jan./abr. 2007.
- GUTIERREZ, Consuelo. Equidad en la educación superior: una propuesta de financiación para Colombia. **Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez Juv.**, Manizales, v. 10, n. 1, p. 397-413, jan. 2012.
- LEHER, Roberto. Considerações sobre o anteprojeto de lei da educação superior. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 11, n. 20, p. 139-148, jan./jun. 2005.
- LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. **Rev. Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011.
- LLOYD, Marion. Empréstimos estudantis no México: considerações sobre riscos. **Ensino Superior**, Campinas, 7 ago. 2012. Disponível em:
<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/emprestimos-estudantis-no-mexico->

consideracoes-sobre-riscos. Acesso em: 28 ago. 2018.

MACIEL, Willians Kaizer dos Santos. **Metodologia para o cálculo do indicador “Investimento Público em Educação em relação ao PIB”**. Brasília: Inep/MEC, 2012.

MESZÁROS, István. **Educação para além do Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, Ney Paulo; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; CUNHA, Nina Rosa da Silveira. Eficiência e qualidade dos programas de pós-graduação das instituições federais de ensino superior usuárias do Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF). **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 365-388, abr./jun. 2010.

MOROSINI, Marília; FRANCO, Maria Estela Dal Pai. Universidades comunitárias e sustentabilidade: desafio em tempos de globalização. **Educ. Rev.**, Curitiba, n. 28, p. 55-70, jul./dez. 2006.

NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M.; VERHINE, Robert Evan. Considerações sobre o investimento público em educação superior no Brasil. **Radar**, Brasília, n. 49, p. 7-12, fev. 2017.

OROZCO SILVA, Luis Enrique de. Calidad académica y relevancia social de la educación superior en América Latina. **Rev. Iberoam. Educ. Super.**, México, v. 1, n. 1, p. 24-36, ene. 2010.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p. 133-152, mar. 2016.

REGNER, Rosana Nadja Silva Rego; ROCHA, Marcelo Nunes Dourado. O financiamento do ensino superior nas publicações Fineduca: uma análise dos anais de 2015 e 2016. **Anais... ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO - FINEDUCA**, 5, 2017, Natal, RN.

REIS, Luiz Fernando; BOSIO, Queila Franciéle Fabris; DEITOS, Roberto Antonio. Dívida pública e financiamento do ensino superior e profissional no Paraná (2003 a 2012). **Práxis Educativa**, **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 433-462, jul./dez. 2015.

REIS, Luiz Fernando; MELO JUNIOR, Aroldo. Messias. Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação superior no estado do Paraná: um estudo comparativo do período de 2003 a 2010. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 36, n. 2, p. 297-307, july/dec. 2014.

RENGIFO-MILLAN, Maritza. La globalización de la sociedad del conocimiento y la transformación universitaria. **Rev. Latinoam. Cienc. Soc. Niñez Juv.**, Manizales, v. 13, n. 2, p. 809-822, July 2015.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014.

SCHWARTZMAN, Simon. Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos BRICS.

Cad. CRH, Salvador, v. 28, n. 74, p. 267-290, mai./ago. 2015.

SEGRERA, Francisco. López. Educación Superior Comparada: Tendencias Mundiales y de América Latina y Caribe. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 21, n. 1, p. 13-32, mar. 2016.

SGUISSARDI, Valdemar. Universidade publica estatal entre o público e o privado mercantil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 90, p. 191-222, jan./abr. 2005.

SGUISSARDI, Valdemar. Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 96, p. 1021-1056, out. 2006.

SGUISSARDI, Valdemar. A educação superior no brasil - refém do mercado ou quando a face privado-mercantil se sobrepõe à face pública do Estado. In: CHAVES, Vera Lucia; MAUÉS, Olgaíses Cabral; HAGE, Salomão Mufarrej (Org.). **Expansão Privado Mercantil da Educação Superior no Brasil**. Campinas: Mercado das Letras, 2016.

SILVA, Adriano Maniçoba da; SANTOS, Beatriz Carolini Silva. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 741-757, nov. 2017.

SILVA, Rogério Bezerra da. A relação universidade-sociedade na periferia do capitalismo. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 25-40, fev. 2012.

SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 79-99, jan./mar. 2016.

SIQUEIRA, Angela Carvalho. Educação superior em disputa: expansão excludente vs democratização da universidade crítica. **Universidade e Sociedade**, Brasília, v. 18, n. 43, p. 155-167, jan. 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é isso? Como fazer isso?. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-107, jan./mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2018.

THOMAS, Keith. Universidades sob ataque. **ARS**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 16-23, 2012.

VASEN, Federico. Las políticas científicas de las universidades nacionales argentinas en el sistema científico nacional. **Cienc. Docencia Tecnol.**, Concepción del Uruguay, v. 24, n. 46, p. 9-32, mayo 2013.

VELLOSO, Jacques; MARQUES, Paulo Marcello F. Recursos Próprios da UNB, o Financiamento das IFES e a Reforma da Educação Superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 655-680, mai./ago. 2005.

APÊNDICE

Relação de artigos analisados

Nº	TÍTULO	AUTOR	ANO	PERIÓDICO
1	A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO NO BRASIL E A QUESTÃO DO FINANCIAMENTO NO PERÍODO 1995-2002: O CASO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	DUSCELINO, Pereira Borges	2005	Sociedade e Estado
2	CONSIDERAÇÕES SOBRE O ANTEPROJETO DE LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	LEHER, Roberto.	2005	Linhas Críticas
3	RECURSOS PRÓPRIOS DA UNB, O FINANCIAMENTO DAS IFES E A REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	VELLOSO, Jacques; F. MARQUES, Paulo Marcello	2005	Educação & Sociedade
4	UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTATAL: ENTRE O PÚBLICO E PRIVADO/MERCANTIL.	SGUISSARDI, Valdemar.	2005	Educação & Sociedade
5	O Prouni NO GOVERNO LULA E O JOGO POLÍTICO EM TORNO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR	CARVALHO, Cristina Helena Almeida De.	2006	Educação & Sociedade
6	REFORMA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL - 1995-2006: PRECÁRIA TRAJETÓRIA E INCERTO FUTURO.	SGUISSARDI, Valdemar.	2006	Educação & Sociedade
7	CONFUSÕES EM TORNO DA NOÇÃO DE PÚBLICO: O CASO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (PROVIDA POR QUEM, PARA QUEM?)	BARROS, Ricardo; De Carvalho, Mirela; Franco, Samuel; Mendonça, Rosane; Tafner, Paulo.	2007	Sinais Sociais
8	AUTONOMIA E FINANCIAMENTO DAS IFES: DESAFIOS E AÇÕES	AMARAL, Nelson Cardoso.	2008	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior
9	POLÍTICAS E INSTRUMENTOS DE FINANCIACIÓN DE ESTUDIOS UNIVERSITARIOS: ENCRUCIJADAS PARA EL DISEÑO DE SISTEMAS DE FINANCIAMIENTO SUSTENTABLES	DONOSO DIAZ, Sebastián.	2008	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
10	GASTO OU INVESTIMENTO: O QUE É O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL?	BRITO, Renato de Oliveira; LOUZADA, Fernando Mazzilli.	2009	Revista da Faculdade de Educação-RFAED
11	O NOVO PERFIL DO CAMPUS BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO.	RISTOFF, Dilvo.	2014	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior
12	POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – ANÁLISE DOS PLANOS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO PÓS-CONSTITUIÇÃO/1988.	CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso	2014	Revista Eletrônica de Educação

13	DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DO PARANÁ: UM ESTUDO COMPARATIVO DO PERÍODO DE 2003 A 2010	REIS, Luiz Fernando; DE MELO JUNIOR, Aroldo Messias	2014	Acta Scientiarum. Education
14	POLÍTICA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: EXPANSÃO E FINANCIAMENTO.	CARVALHO, Cristina Helena Almeida de.	2014	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros
15	A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: DILEMAS, DESAFIOS E COMPARAÇÕES COM OS PAÍSES DA OCDE E DO BRICS	AMARAL, Nelson Cardoso.	2016	Revista Brasileira de Educação
16	A GESTÃO ACADÊMICA DA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU: O PAPEL DO COORDENADOR PARA A QUALIDADE DOS CURSOS	FONSECA, Marília; FONSECA, Dirce Mendes da.	2016	Educação e pesquisa: revista da Faculdade de Educação da USP
17	EDUCAÇÃO SUPERIOR COMPARADA: TENDÊNCIAS MUNDIAIS E DE AMÉRICA LATINA E CARIBE	SEGRERA, Francisco López.	2016	Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior
18	UM BALANÇO DAS POLÍTICAS DO GOVERNO LULA PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR: CONTINUIDADE E RUPTURA	AGUIAR, Vilma.	2016	Revista de Sociologia e Política
19	POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL - O Prouni E O Fies COMO FINANCIADORES DO SETOR PRIVADO	CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso.	2016	Educação em Revista
20	O SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (SNPG) E O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE 2014-2024):	AZEVEDO, Mário Luiz Neves de.	2016	Revista brasileira de política e administração da educação
21	PERFIL DA EXPANSÃO NO SETOR PÚBLICO E PRIVADO E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA PÓS-LDB	GEMAQUE, Rosana M. de O.; CHAVES, Vera Lúcia Jacob.	2010	Série-Estudos: Periódicos do Mestrado em Educação da Ucdb
22	A RETROALIMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	DE MELO, Pedro Antônio; COSTA, Alexandre Marino; COSTA, Danilo De Melo	2011	Revista PRETEXTO
23	A MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA TRAJETÓRIA DO BEM PÚBLICO AO SERVIÇO COMERCIAL	BERTOLIN, Júlio Cesar Godoy	2009	Educação & Realidade
24	EFICIÊNCIA E QUALIDADE DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR USUÁRIAS DO PROGRAMA DE FOMENTO À PÓS-GRADUAÇÃO (PROF)	MOREIRA, Ney Paulo; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; FERREIRA, Marco Aurélio Marques; CUNHA, Nina Rosa da Silveira.	2010	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação
25	O FINANCIAMENTO DAS IES BRASILEIRAS EM 2005: RECURSO PÚBLICOS, PRIVADOS E CUSTO DOS ALUNOS	AMARAL, Nelson Cardoso; PINTO, José Marcelino de Rezende.	2010	Série-Estudos: Periódicos do Mestrado em Educação da Ucdb

26	O BANCO MUNDIAL E A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA NA PRIMEIRA DÉCADA DO NOVO SÉCULO	LIMA, Kátia Regina de Souza.	2011	Revista Katálysis
27	OS QUASE-MERCADOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DOS IMPROVÁVEIS MERCADOS PERFEITAMENTE COMPETITIVOS À IMPRESCINDÍVEL REGULAÇÃO DO ESTADO	BERTOLIN, Julio Cesar G.	2011	Educação e pesquisa: revista da Faculdade de Educação da USP
28	POLÍTICA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: UM BALANÇO CRÍTICO DA PRODUÇÃO ESCRITA NO PERÍODO DE 1996 A 2009	CHAVES, Vera Lúcia Jacob; GUIMARÃES, André Rodrigues; MACHADO, Nabihá Haddad Simões.	2011	Inter-Ação Goiania
29	DEMANDA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO SUPERIOR NOS BRICS	SCHWARTZMAN, Simon.	2015	Caderno CRH
30	DÍVIDA PÚBLICA E FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E PROFISSIONAL NO PARANÁ (2003 A 2012).	REIS, Luiz Fernando; BOSIO, Queila Franciéle Fabris; DEITOS, Roberto Antonio	2015	Práxis Educativa
31	POLÍTICA DE FINANCIAMENTO E A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: O PÚBLICO E O PRIVADO EM QUESTÃO	CHAVES, Vera Lúcia Jacob	2015	ETD: Educação Temática Digital
32	EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PRIVADA NO BRASIL: DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 À DÉCADA DE 2010	CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luis Claudio; MEIRA, Ana Paula Barbosa	2016	Radar 46
33	FINANCIAMENTO PÚBLICO E EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL NO BRASIL: O Reuni E AS PERSPECTIVAS PARA O Reuni 2	COSTA, Danilo de Melo; COSTA, Alexandre Marino; BARBOSA, Francisco Vidal	2013	Revista Gestão Universitária na América Latina
34	A ESTRUTURA E O FINANCIAMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EDUCAÇÃO	DOTTA, Alexandre Godoy.	2014	A & C: revista de direito administrativo & constitucional
35	SUSTENTABILIDAD DEL MODELO DE FINANCIAMIENTO DE LOS ESTUDIOS UNIVERSITARIOS EN CHILE Y CAMBIOS QUE SE VISLUMBRAN: POSICIONES SOBRE EL TEMA	DONOSO, Sebastián D; SCHMAL, Rodolfo S; RUIZ, Reinaldo V.	2005	Revista Linhas
36	ECONOMÍA POLÍTICA DEL FINANCIAMIENTO DE LOS ESTUDIOS UNIVERSITARIOS EN CHILE (1980-2010): DEBATE DE SUS FUNDAMENTOS	DONOSO DÍAZ, Sebastián	2009	Innovar
37	CALIDAD ACADÉMICA Y RELEVANCIA SOCIAL DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN AMÉRICA LATINA	OROZCO, Luis Enrique Silva	2010	Revista iberoamericana de educación superior
38	EMPRÉSTIMOS ESTUDANTIS NO MÉXICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCOS	LLOYD, Marion	2012	Ensino Superior Unicamp
39	POLARIZACIÓN Y TENSIONES EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR VENEZOLANA	GARCÍA-GUADILLA, Carmen	2012	Revista iberoamericana de educación superior
40	UNIVERSIDADES SOB ATAQUE	KEITH, Thomas	2012	ARS (São Paulo)

41	EQUIDAD EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: UNA PROPUESTA DE FINANCIACIÓN PARA COLOMBIA	GUTIÉRREZ, Consuelo	2012	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud
42	LAS POLÍTICAS CIENTÍFICAS DE LAS UNIVERSIDADES NACIONALES ARGENTINAS EN EL SISTEMA CIENTÍFICO NACIONAL	VASEN, Federico	2013	Ciencia, docencia y tecnología
43	LA GLOBALIZACIÓN DE LA SOCIEDAD DEL CONOCIMIENTO Y LA TRANSFORMACIÓN UNIVERSITARIA	MILLÁN, Maritza Rengifo-	2015	Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud
44	A REFORMA NEOLIBERAL DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CHILE EM 1981	DONOSO DIAZ, Sebastián.	2005	Revista Brasileira de Ciências Sociais
45	EDUCAÇÃO SUPERIOR EM DISPUTA EXPANSÃO EXCLUDENTE VERSUS DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE CRÍTICA	SIQUEIRA, Angela C. de.	2009	Universidade e sociedade
46	UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO À INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-EMPRESA NO BRASIL	ALVES, Alex da Silva; PIMENTA-BUENO, José- Antônio.	2014	Production
47	EFICÁCIA DE POLÍTICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PRIVADO NA CONTENÇÃO DA EVASÃO	SILVA, Adriano Maniçoba da; SANTOS, Beatriz Carolini Silva.	2017	Avaliação: Revista da avaliação da Educação Superior
48	UMA ANÁLISE DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS, DIRETA OU INDIRETAMENTE, AO SETOR PRIVADO DE ENSINO NO BRASIL -	PINTO, José Marcelino de Rezende	2016	Educação & Sociedade
49	UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E SUSTENTABILIDADE: DESAFIO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	MOROSINI, Marília; FRANCO, Maria Estela Dal Pai	2006	Educar em Revista
50	A RELAÇÃO UNIVERSIDADE-SOCIEDADE NA PERIFERIA DO CAPITALISMO	SILVA, Rogério Bezerra da.	2012	Revista Brasileira de Ciências Sociais
51	UNIVERSIDADE MODERNA: DOS INTERESSES DO ESTADO-NAÇÃO ÀS CONVENIÊNCIAS DO MERCADO	SILVEIRA, Zuleide Simas da; BIANCHETTI, Lucídio	2016	Revista Brasileira de Educação
52	FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR: AS VANTAGENS DOS EMPRÉSTIMOS COM AMORTIZAÇÕES CONTINGENTES À RENDA (ECR)	CHAPMAN, Bruce; NASCIMENTO, Paulo A. Meyer M.	2017	Radar 49